

APONTAMENTOS INICIAIS

1. Psicanálise das notícias

O conhecimento corrente não pode servir de ponto de partida, de base, para um trabalho científico, mas aquele pode ser uma referência para nos apercebermos do sentido que é dado às palavras, da natureza simbólica destas, da generalização de formas de observar o mundo passado e futuro impregnadas pela política consagrada.

A crítica do conhecimento corrente pode fornecer-nos elementos para um estudo científico. Pode ser a “psicanálise” dos conhecimentos feitos, a “psiquiatria” das evidências espontaneamente assumidas. Por isso mesmo pegamos em notícias, em meios de informação, para começarmos a desconstruir afirmações que povoam o nosso dia-a-dia.

O Governo do Japão procedeu esta Terça-feira, 18 de Setembro, a entrega ao Governo de Moçambique de um donativo constituído por três toneladas de arroz, avaliadas em 2,15 milhões de dólares norte-americanos (...) O Governo do Japão vem fornecendo assistência alimentar a Moçambique desde 1977, cujo valor acumulado actualmente atinge cerca de 135 milhões de dólares norte-americanos. A ajuda alimentar

* CEAUP/FEP

1 O desenvolvimento é um tema maior da Economia após a II Grande Guerra. Enquanto estudante de Economia vivemos intensamente os debates sobre “crescimento e desenvolvimento”, mergulhando nas diversas teses explicativas que iam das teorias etapistas do crescimento ao desenvolvimento não capitalista. As teses estruturalistas, da dependência, da troca desigual acompanharam a nossa formação inicial quanto posteriormente fomos avassalados pelas formulações da evolução espontânea neoclássica, ao mesmo tempo que vários discursos alternativos iam adjectivando as suas propostas (integrado, humano, sustentado) para se centrarem apenas numa parte do problema. Mais recentemente dois tipos de acontecimentos reorientaram-nos para a problemática do desenvolvimento: (1) a nossa centragem disciplinar e interdisciplinar em África, as funções de professor no Mestrado em Estudos Africanos e os pertinentes desafios que diversos mestrandos nos foram lançando; (2) a concentração da nossa investigação durante alguns anos sobre a Globalização, de que resultou, entre outros aspectos, a publicação do livro (PIMENTA, 2004). Este artigo surge no movimento de convergência destes acontecimentos, tendo dado lugar a uma sistematização de pontos de vista concretizado em PIMENTA (2007a) reforçado em (2007b).

japonesa constitui parte significativa da cooperação nipónica alargada a Moçambique, bem como outros apoios já concedidos aos sectores da necessidade humana, nomeadamente agricultura e infra-estruturas (Japão doa 2.15 milhões de dólares em arroz, Zambeze, 20/09/2007)

O Governo do Japão fez um donativo, ajudou. Os nossos princípios éticos ensinaram-nos a valorar positivamente os actos de bondade, os comportamentos filantrópicos dos ricos em relação aos pobres. Não parece haver razões para nutirmos sentimentos diferentes em relação ao acontecimento que nos é relatado. As contas não estão bem feitas, dificultando a quantificação da notícia. Em 2004 o preço no produtor do arroz japonês era de 1919 dólares americanos por tonelada, enquanto no mesmo ano o moçambicano era de 181. Assim sendo as três toneladas cotadas ao preço japonês valeriam a módica quantia de 5,8 milhares de dólares, o que está bastante distante do informado na notícia. Indecisos se o erro está nas quantidades ou nas valorações não arriscamos qualquer quantificação adicional, mas também não é esse o cerne da informação. O que é mais interessante na notícia é que o essencial se centra na transacção realizada entre os dois países, mais precisamente entre os Governos dos dois países: do Japão rico em relação ao do Moçambique pobre. A notícia não nos informa se estamos perante um acto bilateral em que os dois intervenientes participaram com a mesma capacidade de negociação ou unilateral em que um disse “em nome das boas relações de cooperação existente entre os nossos dois povos, aqui estão três toneladas de arroz”, transposição metafórica de uma ideia mais simples: “o primeiro arroz é para os pardais, mas os grandes negócios são para os nossos empresários”. Também não nos informa sobre os circuitos de distribuição em que esse arroz se integrou, nem o que eventualmente seria mais importante de um ponto de vista pragmático: a quantos moçambicanos essa doação matou a fome, se é que estavam mesmo com fome. Também não nos informa sobre outras questões que seriam bastante interessantes: qual o significado desse arroz para Moçambique, país que produziu em 2004 (segundo as estatísticas da FAO que temos estado a seguir) 2007 mil toneladas? Que impactos teve sobre a produção futura de arroz, sobre as indústrias de descasque e tratamento do arroz e sobre a comercialização interna? Fortaleceu as cadeias produtivas² moçambicanas ou, antes pelo

2 Entenda-se por cadeias produtivas a sequência de operações económicas tais como cultivo

contrário, enfraqueceu-as? Certamente que poderão contra-argumentar que estamos perante uma singela notícia de que não se pode exigir tanta informação, e têm razão. Mas isso não invalida a explicitação de algumas tendências naturais que esta notícia revela: “a cooperação é automaticamente boa”, “a cooperação mede-se pela transacção” e não pelos seus resultados na sociedade.

É na mesma linha que se coloca a notícia seguinte:

a ministra holandesa da Cooperação para o Desenvolvimento vai assinar com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Victor Borgès, um acordo suplementar de ajuda orçamental de 4 milhões de euros, que serão disponibilizados em duas tranches. Uma primeira, de 1 milhão e 500 mil euros, entra para os cofres do Estado ainda este ano. Os restantes 2 milhões e 500 mil euros serão disponibilizados em 2006. (Holanda concede ajuda orçamental suplementar, A Semana, 07-11-05)

O que importa é a transferência de dinheiro, não a sua futura aplicação, não os seus resultados. Cooperação é por excelência desenvolvimento.

Uma delegação de 47 empresários japoneses visitará Angola entre os dias 13 e 16 de Outubro para contactos com as entidades governamentais e empresariais angolanas, disse fonte da embaixada do Japão em Luanda.

Segundo a mesma fonte, a missão empresarial, a primeira ao país, tem como objectivo a análise do mercado angolano para futura cooperação entre os dois países. “É a primeira vez que uma missão tão grande vem a Angola. Esta visita tem como objectivo a pesquisa do mercado angolano para num futuro se estabelecer cooperação entre os dois países, já que a nível empresarial não existe qualquer tipo de colaboração”, disse a fonte. (...) “A vinda da missão decorre do grande interesse que Angola está a despertar nos círculos económicos e financeiros do Japão, face às boas referências do desempenho da economia angolana e ao clima de confiança e de segurança reinante no país, propício ao investimento, refere uma nota da embaixada de Angola no Japão, divulgada na imprensa local. (Delegação empresarial japonesa visita Angola para pesquisa de mercado: 01/10/2007 – Digital News)

Garantindo ao leitor que não colocámos os japoneses sob mira, tratando-se apenas de mera coincidência, consideremos a notícia anterior. Na lista do Banco Mundial sobre a facilidade de fazer negócio nos

do arroz, armazenamento, transporte, descasque e branqueamento, embalagem, armazenamento e transporte, comercialização por grosso, lojas acessíveis ao consumidor. Poder-se-ia eventualmente considerar ainda outras actividades relacionadas com a utilização do arroz em outras indústrias (ex. alimentação pré-confeccionada) ou serviços (ex. restaurantes).

diversos países³ Angola situa-se em 156º lugar (existem no total 175 países e estão ordenados por dificuldade crescente de realizar negócios) mas mesmo assim tantos empresários japoneses mostram interesse por este extenso país, privilegiado em recursos naturais. Talvez, como se diz, pelo bom desempenho – leia-se, elevadas taxas de crescimento económico, preponderância política na região, sociedade de exclusão para muitos mas não certamente para empresários que joguem as regras – pelo clima de confiança – para os ricos, entenda-se –, pela segurança reinante – isto é, pelo fim da guerra. Talvez também pelas riquezas naturais, pela importância crescente do petróleo na economia mundial, pela dimensão do capital-dinheiro disponível no território, muito dele ainda na procura de aplicações adequadas. Nada temos contra, nem no plano económico, nem ético. Os empresários japoneses procuram espaços de aplicação e Angola parece profícuo em si e na competitividade entre as economias asiáticas. Uma franja da sociedade angolana, por muito restrita que seja, está interessada nestes tipos de negócios. Que se encontrem e negoceiem! O que está em causa é a utilização, para esta operação estritamente empresarial, do termo cooperação. E utilizando-se o título de cooperação para designar o negócio estamos automaticamente a associar que este gera desenvolvimento. Vamos admitir que os investimentos japoneses passam exclusivamente pela aquisição de empresas que já estão a laborar em Angola. Onde está o “desenvolvimento”? Vamos admitir que o investimento japonês se traduz em instalação de empresas que extraem certas matérias-primas, não realizam qualquer transformação no país e exportam para o Japão, onde serão transformadas. Onde está o desenvolvimento? Nos postos de trabalho criados ou nos recursos não renovados que as gerações futuras de angolanos não poderão utilizar? Quando as empresas japonesas aproveitam oportunidades de negócio nos EUA ou na Alemanha também estamos perante um acontecimento designado por “cooperação”?

Continuemos:

Vão organizar o Campeonato Africano das Nações em 2010, vão organizar o Campeonato Africano de Basquetebol e vão construir um novo aeroporto internacional – estes desenvolvimentos são todos visíveis e evidentes – mas a realidade da população é a mesma de sempre. (Diferentes perspectivas sobre a política angolana, 15/06/2007, Digital News)

3 Ver WORLD BANK (2006)

Nesta notícia é interessante, em primeiro lugar, a utilização do termo “desenvolvimentos” para designar qualquer realização. Se essa visibilidade não é inevitável na cooperação e desenvolvimento também temos que reconhecer que frequentemente é procurada. Neste caso estamos perante uma infra-estrutura de comunicações, que frequentemente se afigura como susceptível de ter impactos positivos sobre outras dinâmicas económicas de transformação da sociedade. Neste caso como noutros qual é o seu custo de oportunidade? Mas talvez muito mais interessante seja a dissociação entre estes “desenvolvimentos” e as condições de vida da generalidade dos cidadãos. Problema particularmente premente nos países produtores de petróleo – cuja observação foi desde há muito um dos pilares da dicotomia “crescimento / desenvolvimento” – é uma questão geral.

A propósito deste texto, para depois o retomarmos, procedamos à formulação de algumas hipóteses e constatações. Consideremos o desenvolvimento como um *processo social*, um conjunto de transformações sociais. Um processo que conduz de uma situação A (situação de não desenvolvido) a uma situação B (situação de desenvolvido). Consideremos agora, o que não parece chocante, que desenvolvimento é um processo que conduz à *acessibilidade* aos «frutos» da nossa civilização. O que são esses «frutos»? O que a ciência e a técnica hoje permitem produzir e distribuir? As relações entre os homens que as actuais formas de organização social e política permitem gerar? Aos comportamentos que a sociabilidade e a ética forjam? A referência a uma determinada fase histórica da civilização e admitindo espontaneamente a inexistência de um “fim da história” estamos perante um processo dinâmico, que remete todas as sociedades para o processo, mas é necessário seleccionar uma meta, mesmo que dinâmica, para esse processo. O perigo da escolha é que as desigualdades sociais, a existência de ricos e de pobres, uma ética da exploração e da espoliação também podem ser «frutos» da civilização. Adoptemos então uma designação que em determinada altura esteve na moda: *acessibilidade aos bens e serviços, em sentido lato, que os actuais conhecimentos científicos e técnicos são susceptíveis de gerar*. Recordemos as dimensões da acessibilidade: ela é a negação das restrições. Para se ter acessibilidade é necessária uma certa localização geográfica, é necessário ter recursos económicos para adquirir, é necessário ter conhecimentos para decidir,

é preciso ter liberdade para agir. As *dimensões geográfica, económica, cultural, educacional, social e política* da acessibilidade são condições indispensáveis da sua concretização. Temos então que analisar a universalidade desta acessibilidade: acessibilidade de todos, da maioria, ou de alguns? A resposta é forçosamente ideológica porque comporta dimensões do ser e estar que ultrapassam as respostas que podem ser dadas pela ciência. O respeito pela vida e a dramática situação social actual, em época de cidadania mundial, leva-nos a defender que a acessibilidade *deve ser tendencialmente de todos, garantindo-se, no entanto, a todos a acessibilidade aos bens e serviços susceptíveis de garantir a satisfação das necessidades básicas.*⁴

O que a notícia a que nos estamos a referir mostra é que os tais “desenvolvimentos” são desligados dessa acessibilidade, podendo em alguns casos até os agravar. O país vai bem, o povo é que vai mal, como se o povo fosse uma excrescência do país, um elemento perturbador.

Creio que resulta claro do que afirmamos anteriormente que grande parte destas formulações jornalísticas são a expressão das interpretações políticas de paradigmas científicos e que muitas delas não são inadequadas. Os paradigmas é que o são. Na afirmação seguinte continuamos a comentar o discurso jornalístico e não o científico⁵ mas é particularmente curiosa a necessidade de “fundamentar cientificamente” os lugares comuns.

E explica: «se se verificar que a emigração é realmente um motor importante para o crescimento económico dos países em vias de desenvolvimento, as nações que estão interessadas em ajudar os países mais pobres poderão apostar no abrir de fronteiras no sentido de aumentar a entrada de cidadãos dos PVD.» Esta nova estratégia de ajuda internacional contrapor-se-ia, diz, às «convencionais transferências bancárias», que «nem sempre resultam, porque o dinheiro acaba muitas vezes por ficar nas contas dos governantes».
”(Universidade de Oxford faz estudos em Cabo Verde, A Semana, 26-01-06)

Este texto tem uma apreciação da cooperação e do desenvolvimento mais evoluída que alguns dos anteriores, sendo capaz, por iniciativa

⁴ Esta definição visa apenas fixar ideias. Oportunamente retomaremos este esforço conceptual. Convém, no entanto, referir que alguns autores adoptam definições de “desenvolvimento” menos ligadas às componentes tangíveis, salientando a importância no “desenvolvimento da personalidade”, na “confiança”, na “dignidade”, entre outros aspectos.

⁵ Para que assim não fosse teríamos que tomar como referência o estudo científico e não esta fonte muito indirecta.

própria ou alheia, de criticar algumas das práticas sociais. Além disso eventualmente transborda de altruísmo ao pretender acabar com o sofrimento dos emigrantes clandestinos, quantas vezes forçosamente suicidas ou joguetes das máfias. Contudo retoma teses malthusianas⁶ e assume, mais uma vez, o povo como aspecto complementar, quiçá accidental, dos países.

2. Os três equívocos do “desenvolvimento”

Tecidas estas considerações, que visaram essencialmente libertar o leitor de algumas ideias feitas, entremos numa análise mais analítica. E para tal partimos do livro de MILANDO (2005) cujo título tem, desde logo, a função de exorcizar evidências ilusórias e preparar o leitor para caminhos alternativos: cooperação sem desenvolvimento.

O autor assenta a sua análise desde o início num esclarecimento terminológico muito útil:

Importa distinguir três dimensões diferentes do “desenvolvimento”. Em primeiro lugar, distingue-se o “desenvolvimento-processo”, isto é, o conjunto de práticas e dinâmicas sociais em curso”, tendo como mentores principais os “operadores de desenvolvimento”. Incluem-se, aqui, as políticas, as organizações, as instituições, os profissionais e os terrenos de exercitação que existem e se reproduzem em torno da noção de desenvolvimento. Estes elementos configuram dinâmicas sociais facilmente identificáveis pelos dispositivos metodológicos que engendram e tentam pôr continuamente em prática. Uma outra dimensão do fenómeno de desenvolvimento é designada por «desenvolvimento-resultado» e refere-se aos resultados reais que a primeira dimensão produz. Finalmente, em terceiro lugar, há o “desenvolvimento-utopia”. (2005:37)

6 Malthus (1766-1834) considerou que as populações tendem a variar em progressão geométrica (se a razão for 2, temos como exemplo, 1, 2, 4, 8, 16, ...), enquanto os meios de subsistência só tendem a crescer em progressão aritmética (se a constante for dois e tomarmos o mesmo ponto de partida, temos, por exemplo, 1, 3, 5, 7, 9 ...). Estas diferentes evoluções conduzem à degradação das condições de vida, conduzindo ao ajustamento da população aos recursos. O indicador tradicional do crescimento económico é o produto nacional *per capita* que por definição é a divisão do produto nacional pela população. O aumento do produto *per capita* corresponde a maior nível de crescimento e matematicamente esse crescimento pode ser conseguido ou pelo aumento do denominador (produto) ou pela diminuição do denominador (população). Designou-se por teses malthusianas ou neomalthusianas as que defendiam a redução da população ou do crescimento da população como processo prioritário de aumento do indicador do crescimento.

O que a comunidade internacional designa por “desenvolvimento”, em consonância com a reprodução da correlação de forças e com as práticas institucionalizadas à escala institucional, pode ser decomposto em três vectores:

- «desenvolvimento-processo»;
- «desenvolvimento-resultado»;
- «desenvolvimento-utopia».

Simultaneamente o conceito de cooperação também é reconstruído, confinando-se à (des)articulação entre o «desenvolvimento-processo» e o «desenvolvimento-resultado».

É sobre esta terminologia que procuraremos construir a nossa análise⁷.

7 Reafirmando a importância do trabalho de Milando é preciso desde já dizer que as considerações que se seguem não seguem as vias de investigação exploradas no seu trabalho. Em primeiro lugar, a heterodoxia daquele é construída na crítica à ortodoxia, seguindo deliberadamente de perto os documentos das instituições de Bretton Woods, explorando as suas contradições. A nossa heterodoxia é construída pela exploração de outras vias de problematização. Em segundo lugar, na sequência do aspecto anterior, Milano considera que a incapacidade do “desenvolvimento-processo” conduzir satisfatoriamente ao “desenvolvimento-resultado” é explicada por um conjunto de más práticas: O pressuposto inicial do presente estudo foi confirmado. Na sua configuração e funcionamento actuais, o quadro estratégico, organizacional e operacional dos projectos de desenvolvimento não é susceptível de induzir um processo de desenvolvimento cujos resultados possam estar em consonância com as especificidades das sociedades linhageiras e as necessidades do seu *empowerment*. Isto explica-se por quatro razões essenciais, a saber: (i) o horizonte temporal de curta duração dos projectos, que não permite apreender adequadamente as especificidades socioantropológicas das sociedades-alvo; (ii) a complexidade dos processos de devir social, que não permite estabelecer relações fiáveis de causalidades recorrentes entre os múltiplos factores que intervêm nas dinâmicas que lhe são próprias; (iii) a prevalência dos interesses estratégicos dos mais poderosos, em detrimento dos das sociedades linhageiras e de outros segmentos sociais relativamente menos poderosos; (iv) as dificuldades ou a impossibilidade de articular o quadro lógico de estruturação e de execução dos projectos de desenvolvimento com as racionalidades que estruturam e transformam as paisagens organizacionais das «sociedades tradicionais» africanas; daí os problemas de comunicação intercultural. A introdução de uma nova perspectiva de avaliação do desempenho dos «operadores de desenvolvimento», baseada na identificação dos condicionamentos objectivos inerentes ao quadro de intervenção de cada um deles, é o primeiro contributo teórico deste estudo. Observando os múltiplos condicionamentos dos «operadores de desenvolvimento» obtém-se um quadro analítico relativamente claro sobre a complexidade dos processos de indução do desenvolvimento em qualquer sociedade humana. Outro contributo advém do facto de se analisarem as características dos «contextos institucionais adversos» essencialmente como um «desenvolvimento-resultado», isto é, como consequência do funcionamento do próprio sistema de cooperação para o desenvolvimento. Na visão dominante, as «adversidades do desenvolvimento» são consideradas uma disfunção das sociedades às quais se destinam as «ajudas». Quer dizer, tais adversidades são tidas como resultantes de opções estratégicas, organizacionais e operacionais internas dos países receptores de «ajuda», não podendo, por isso, vincular o complexo da cooperação internacional como parte importante no condicionamento dos resultados que vêm sendo alcançados do «desenvolvimento-processo». (MILANDO. 2005:150-151) Embora estes resultados sejam esclarecedores e contribuam para elucidar algumas das “desilusões” actuais, parecem-nos

«DESENVOLVIMENTO-PROCESSO»

3. Noção

O que podemos entender por «desenvolvimento-processo»?

Numa primeira leitura podemos dizer, como Milando, que é a totalidade das acções da “multiplicidade dos actores sociais envolvidos” na tentativa de concretização do «desenvolvimento-utopia». O interessante é ser este processo, e não o resultado, que permite falar em desenvolvimento:

O «desenvolvimento» existe, tem base empírica, na medida em que existam “desenvolvedores”, na medida em que existam indivíduos, organizações e instituições que designam por «desenvolvimento» os resultados do seu trabalho ou os processos sociais cuja dinâmica vinculam directamente ao seu trabalho. (Milando. 2005:37).

Para o entendermos melhor é necessário ter em conta os seguintes aspectos:

- trata-se de um problema recente da história da humanidade;
- a política de desenvolvimento foi configurada jurídico-institucionalmente como uma intervenção dos desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos.

4. Institucionalização do “desenvolvimento” (I)

O aparecimento da preocupação pelo “desenvolvimento” e a institucionalização de procedimentos para o “combater” exige a concretização de alguns factores permissivos de natureza muito diversa.

As séries cronológicas longas⁸ mostram-nos hoje que os acentuados desníveis das condições médias de vida entre os países é um fenómeno recente. Essas estatísticas, preciosas apesar dos seus inevitáveis erros resultantes dos meios indirectos de cálculo, não são viáveis para todas as regiões do mundo⁹, mas as informações que nos fornecem mostram

insuficientes. O que está em causa não são as “más práticas”, mas a inevitabilidade destas pela natureza “neocolonial” do “desenvolvimento-processo”. Simultaneamente é falaciosa a quantificação do “desenvolvimento-resultado”, exigindo-se outro conceito de “desenvolvimento-resultado”. É nestes aspectos que temos centrado as nossas análises e voltaremos a fazê-lo neste artigo.

⁸ Veja-se, por exemplo, a este propósito MADDISON (2003)

⁹ Mais uma vez África é dos continentes insuficientemente analisados, nomeadamente ao sul

que a criação de uma hierarquia de riqueza entre os países, a sua consolidação e o aumento das diferenças entre eles é uma realidade posterior à Revolução Industrial, estando particularmente correlacionada com a sua expansão à Europa e ao mundo durante o século XIX. É certo que obra considerada fundadora da Economia Política¹⁰, *A Riqueza das Nações* trata assuntos que hoje poderíamos considerar estar na “agenda do desenvolvimento”, mas as realidades analisadas e as problemáticas em jogo eram manifestamente diferentes. É também durante o século XIX que as inovações científicas e tecnológicas permitiram uma muito maior aproximação pessoal e informativa entre os cidadãos do mundo revelando de uma forma mais universal as referidas diferenças entre os países.

Se estes aspectos são factores objectivos permissivos de uma “política de desenvolvimento”, mas por si só não bastam. Para que tal aconteça é necessário que os mais poderosos, o que consolidaram ou têm possibilidades de consolidar o seu poder hegemónico à escala mundial, não pretendam aproveitar essas diferenças em benefício próprio ou considerem que a “política de desenvolvimento” é a melhor forma de conseguir domínio sobre o outro.

A esta continuação do domínio sobre o outro ou sua reconstrução é acompanhada pelo reconhecimento que as diferenças não são de geração espontânea ou, se o são, que podem ser controladas pelos homens, pela difusão de uma ideia de progresso, pela afirmação ética e formal de um conjunto de princípios consentâneos com as novas faces dos velhos rumos. A Revolução Francesa já tinha difundido a ideia de progresso¹¹. A II Guerra Mundial veio criar por diversas vias (desde o reforço da mundialização à construção de novas hierarquizações mundiais, desde o poder da União Soviética aos anseios e movimentos de libertação colonial, desde o aparecimento da pobreza como problema a resolver à criação da ONU, etc.) as condições para o aparecimento de uma “política mundial pelo desenvolvimento”:

do deserto do Sahara.

10 Os economistas consideram frequentemente que Adam Smith é o pai da Economia e ainda hoje muitos assuntos exigem reanalisar o que foi dito por esse eminente economista. Contudo, como chama a atenção ESTEVES (2004) é preciso e legítimo “a des-disciplinarização de fundadores de disciplinas” (73) acrescentando de seguida que a “des-disciplinarização de A. Smith está facilitada pelo facto de a sua polifacetada obra (...) ter sido produzida numa fase de indiferenciação disciplinar” (74).

11 Ver, por exemplo, CONDORCET e a sua obra *Quadro dos Progressos do Espírito Humano*.

Considerado uma evidência irrecusável no fim da Segunda Grande Guerra, face aos diferentes movimentos de opinião pública, o «subdesenvolvimento» não tinha tido até aí direito de cidadania. H. W. Arndt (1972)¹² sublinha a propósito que, ao longo das décadas de 30 e 40, as próprias referências aos países «subdesenvolvidos» eram dispersas e pontuais. (...) Diversas referências apontam o discurso inaugural do Presidente Truman em 1949 como um dos pronunciamentos mais decisivos na matéria. Ou seja, é a partir de um dos países «desenvolvidos» cuja dinâmica ocultava a especificidade dos países «subdesenvolvidos» que o subdesenvolvimento ganha o estatuto de problema autónomo. (FIGUEIREDO, 1982: 20/21).

Uma autonomia relativa pois inicialmente, e por vezes ainda agora, o “subdesenvolvimento” surge como faceta da pobreza.

5. Prelúdios “antidesenvolvimento”

Porque estamos a tratar da “política de desenvolvimento” aplicada a África é necessário recordar os ataques que as sociedades aí residentes sofreram ao longo de séculos.

Entre 1500 e 1800, período “crucial para as grandes formações sócio-políticas do continente”, a sua integração nos “circuitos comerciais mundiais, que a ligam estreitamente à Europa, à América e à Ásia” faz-se com a instalação de comunidades estrangeiras no continente (nomeadamente holandeses e portugueses), com sistemáticas pilhagens às suas riquezas, com ocupação dos seus territórios e sobretudo com o comércio de escravos: “Todos os documentos mostram com evidência que a desumanização dos africanos aumentou entre 1500 e 1800, na sequência da intensificação da escravatura a partir de 1619” (OGOT, 1998, 576/581). Este comércio de escravos não só se manteve no século XIX como se intensificou, ao mesmo tempo que se alargavam as regiões de utilização do trabalho forçado¹³.

A Conferência de Berlim (1884/1885) confirma e continua todo o processo de domínio e pilhagem referida e reforça-o de uma forma inédita:

¹² Está a referir-se a ARNDT, H. W. 1972. *Development Economics before 1945*, *Development and Planning: essays in honour of Paul Rosenstein Rodan*, ed. J. Bhagwati e R. Eckaus. Londres, George Allen & Unwin.

¹³ Para análise destas questões ver AJAYI (1997). Ver a vasta obra de José CAPELA e as actas dos colóquios realizados pelo CEAUP.

A geração de 1880-1914 foi testemunho de uma das mutações históricas talvez mais importantes dos tempos modernos. É durante este período que a África, um continente de 28 milhões de quilómetros quadrados foi reparada, conquistada e efectivamente ocupada pelas nações industrializadas da Europa. Do ponto de vista europeu o que este período tem de notável é a rapidez e a facilidade relativa com que, através de um esforço coordenado, as nações ocidentais ocuparam e subjugaram um continente tão vasto. É um facto sem precedentes na história. (BOAHEN, 1998:40)

Toda esta situação muitíssimo sumariamente aqui referida gerou o abandono forçado do seu habitat de milhões de africanos, a morte de muitos outros, a ocupação da terra por povos que lhes eram estranhos, uma humilhação permanente, um abandono das formas de reprodução das suas sociedades e a reconstrução do espaço/tempo em função dos interesses dos colonizadores (que foi da divisão por países sem ter em conta a unidade e diversidade dos povos que habitavam à opção por actividades económicas apenas em função dos objectivos das empresas dos países colonizadores, que foi da organização das formas de vida segundo o modelo europeu – mesmo que se adoptasse práticas específicas em resultado do ambiente existente – ao impedimento de qualquer forma de ascensão social dos autóctones, que foi da reconstrução dos padrões culturais africanos à reconstrução das personalidades de cada um dos intervenientes no processo, apenas para referir alguns aspectos deste ser e estar em África).

Os números históricos têm as limitações que todos conhecemos¹⁴ mas são úteis para dar uma ideia, por muito aproximada que seja, do que está quantitativamente em jogo. Segundo ELTIS & Outros (1999) só no tráfico transatlântico de escravos teriam sido comercializados 7.943.600 escravos. Estimativas contra estimativas recordemos que para MADDISON (2003) a população total de África seria de 46.610, 55.320, 61.080 e 74.236 milhares em 1500, 1600, 1700 e 1820 respectivamente. Tomando estes dados como referência o comércio transatlântico de escravos africanos (afectando quase exclusivamente a África Ocidental) deslocou forçadamente 10,8% da população africana¹⁵. A estes dados acrescenta-se

14 Qualquer informação estatística é uma aproximação quantificada da realidade. Aproximação porque sempre ficam alguns de fora, aproximação porque toda a metodologia de recolha de informação e de cálculo tem erros, aproximação porque não capta todas as componentes do social. Estes erros ampliam-se quando os métodos de quantificação são indirectos, exigem muitas hipóteses de partida e construção de modelos susceptíveis de reconstruir os índices.

15 Trata-se apenas de uma referência, dum número simbólico. Quando constatamos que MADDISON (2003: 200) indica para 1820 o número anteriormente referido e para 2001 (ano que permite metodologias radicalmente diferentes e mais próximas da realidade) o montante

os escravos para outras regiões do mundo, os escravos deslocados de uma região de África para outra, os africanos obrigados a trabalho forçado.

Durante todo este período não há uma ideia de “desenvolvimento”, não há uma “política de desenvolvimento”. Por outras palavras há uma “política de desenvolvimento” dos países desenvolvidos, do que no fim da I Grande Guerra ainda declaravam formalmente que os povos africanos não tinham capacidade para se gerirem por si.

6. Primeira conclusão

Este breve sobrevoo para mostrar que o “problema do desenvolvimento” é recente na história da humanidade e na história de África, permite-nos mostrar igualmente o quadro histórico em que vai nascer a configuração jurídico-institucional da “política do desenvolvimento” chamando a atenção para a existência de uma forte probabilidade dessa configuração ser uma adaptação formal e simbólica das práticas anteriores de dominação do mundo, e muito particularmente do continente africano, ao novo contexto político-social¹⁶.

Estamos agora em condições de analisar o segundo aspecto referido no fim do ponto 3.

7. Institucionalização do “desenvolvimento” (II)

Finda a II Grande Guerra os EUA assumem a hegemonia do mundo capitalista. A URSS sai reforçada. Os movimentos de libertação nacional e a vontade dos povos de decidirem do seu próprio destino ganham força.

de 821.088 milhares, somos propensos a admitir que os valores históricos estão subestimados. Contudo passa-se o mesmo com o número de escravos. Segundo especialistas nessa área sempre que se faz um estudo localizado no espaço e no tempo, em que se pode ir a um muito maior pormenor, a conclusão a que se chega é que o número de africanos feitos escravos é duas a seis vezes superior às quantificações genéricas feitas.

16 A pergunta que seria interessante responder seria: entre a I e a II Guerra Mundial houve uma alteração do modo de produção capitalista que permitisse as economias dominantes de livre e espontânea vontade abdicarem dos mercados das colónias e sobretudo dos recursos naturais daquelas? Provavelmente a resposta seria negativa. É certo que nesse período houve uma deslocação do centro do capitalismo, já numa fase imperialista, para fora da Europa, mas também houve outros factores que poderiam levar a considerar um aumento da importância das colónias, como é a necessidade de reconstrução da Europa e da sua base económica. Se não houve essa alteração na estrutura económica também não é de admitir que espontaneamente tivesse existido uma alteração da superestrutura político-ideológica gerada por aquela. Provavelmente essa mudança jurídico-institucional foi o resultado da construção alternativa de uma sociedade socialista (Rússia primeiro, depois URSS, países europeus e China depois) e a intensificação das lutas dos povos colonizados.

Há um volumoso e longo trabalho de reconstrução a fazer. É nesse contexto que o presidente dos EUA Truman, no seu discurso em Janeiro de 1949 vai dedicar uma parte das suas propostas ao “subdesenvolvimento”, ao “crescimento” e ao “desenvolvimento”. Este é o combate da “miséria”, da “fome”, de uma “vida económica primitiva e estagnante”, da “pobreza”. Acredita-se que o desenvolvimento científico, a “cooperação económica”, o “capital privado”, a “agricultura” e o “trabalho” são capazes de resolver esse subdesenvolvimento. Este aparece como algo que existe “naturalmente”, sem causa. Desta forma se alcançam dois objectivos ideológicos, simultaneamente: (1) remete-se para o esquecimento, para o silenciado, a responsabilidade do colonialismo; (2) quando não há razões plausíveis para uma situação “anormal” subentende-se que aquelas se radicam na natureza humana daqueles povos, logo nas suas “incapacidades” inatas¹⁷.

Mas o que nos interessa particularmente nesta análise é o entendimento transmitido por Truman de qual é o processo do desenvolvimento: *este aparece como uma acção de um agente (desenvolvido) sobre outro (subdesenvolvido)*. Não se trata apenas de uma referência retórica, mas de algo que corresponde ao núcleo duro do pensamento etnocêntrico sobre os “mais atrasados”. É a continuidade, noutra época histórica, do que no Tratado de Versalhes, depois da I Grande Guerra, ficou consignado: a existência de povos que não sabem cuidar de si mesmos e que as potências imperialistas tomam a responsabilidade de gerir com piedade¹⁸.

17 Ver a janela em que se reproduz todo o discurso. Colocou-se em carregado o que se refere especificamente o que agora estamos a analisar.

18 Ver, a este propósito o Artigo 22 do Tratado, do qual transcrevemos algumas passagens, utilizando <http://www.yale.edu/lawweb/avalon/imt/parti.htm>: To those colonies and territories which as a consequence of the late war have ceased to be under the sovereignty of the States which formerly governed them and which are inhabited by peoples not yet able to stand by themselves under the strenuous conditions of the modern world, there should be applied the principle that the well-being and development of such peoples form a sacred trust of civilisation and that securities for the performance of this trust should be embodied in this Covenant. The best method of giving practical effect to this principle is that the tutelage of such peoples should be entrusted to advanced nations who by reason of their resources, their experience or their geographical position can best undertake this responsibility, and who are willing to accept it, and that this tutelage should be exercised by them as Mandatories on behalf of the League. (...) Other peoples, especially those of Central Africa, are at such a stage that the Mandatory must be responsible for the administration of the territory under conditions which will guarantee freedom of conscience and religion, subject only to the maintenance of public order and morals, the prohibition of abuses such as the slave trade, the arms traffic, and the liquor traffic, and the prevention of the establishment of fortifications or military and naval bases and of military training of the natives for other than police purposes and the defence of territory, and will also secure equal opportunities for the trade and commerce of other Members of the League. There are territories, such as South-West Africa and certain of the South Pacific Islands, which, owing to the sparseness of their population, or their small size, or their remoteness from the centres of civilisation,

É a continuação do pensamento colonialista que perdura até hoje. Mas o que é mais importante é que essa concepção de “desenvolvimento” ficou oficialmente consignada como aquela que deveria vigorar. A partir daí multiplicaram-se as formas de “cooperação”, os organismos internacionais e nacionais “para o desenvolvimento”, as decisões políticas, os muitos milhares de especialistas da cooperação, desenvolvimento e outras especialidades, as ONGs. A ajuda ao desenvolvimento – o «desenvolvimento-processo» como é designado neste documento – torna-se numa verdadeira indústria com sede nos países do centro e agências e representantes nos países da periferia. Uma indústria de reprodução do neocolonialismo. E se em muitas situações há boas intenções podemos reproduzir o ditado popular: “de boas intenções está o inferno cheio”.

RIST (1996) tem toda a razão quando designa o desenvolvimento como uma “crença ocidental” que alicerça uma adaptação de práticas antigas de dominação às mudanças sociais, internacionais e nacionais, que se vão verificando. Como afirma no início do seu livro:

Apesar de todos considerarem que sabem do que se trata [quando se utiliza a palavra «desenvolvimento», o consenso favorável que acompanha este termo está no cerne dum mal-entendido que paralisa o debate. (...) [de seguida] analisar-se-á o período colonial para se mostrar que as práticas que hoje são consideradas novas têm uma longa história e que o controlo dos territórios do Sul revestiu há muito tempo a aparência do internacionalismo generoso. Colocar-se-á então de saber como foi tentada pelo presidente Truman – de forma tão fortuita quão genial – a noção de «subdesenvolvimento» que contribuirá para mudar o curso da história. Com efeito, depois de Rostow, imaginou-se que todas as nações poderiam partilhar a abundância prometida a todos. Depois a escola de dependência moderará estas esperanças sublinhando a responsabilidade dos países industrializados na miséria dos do Sul. Com a proclamação da Nova Ordem Económica Internacional acreditou-se ter-se encontrado o meio para reduzir as desigualdades que separavam os Estados e, ao preconizar a satisfação das «necessidades fundamentais», [das necessidades básicas.] pensou-se poder acabar com a miséria que oprimia as populações dos países mais carenciados. (...) [Perante a não resolução destes problemas] põem-se de acordo em desejarem que o «desenvolvimento» seja simultaneamente durável e humano. Assim se justificaram, tanto no Norte como no Sul, as intervenções humanitárias que permitiram perpetuar um sistema que mantém e reforça a exclusão, ao pretender eliminá-la. Enfim, o último capítulo mostrará as razões da progressiva elisão do «desenvolvimento», que só subsiste como resíduo para justificar o processo de mundialização.” (16/7).

or their geographical contiguity to the territory of the Mandatory, and other circumstances, can be best administered under the laws of the Mandatory as integral portions of its territory, subject to the safeguards above mentioned in the interests of the indigenous population.

Mr. Vice President, Mr. Chief Justice, fellow citizens:

I accept with humility the honor which the American people have conferred upon me. I accept it with a resolve to do all that I can for the welfare of this Nation and for the peace of the world.

In performing the duties of my office, I need the help and the prayers of every one of you. I ask for your encouragement and for your support. The tasks we face are difficult. We can accomplish them only if we work together.

Each period of our national history has had its special challenges. Those that confront us now are as momentous as any in the past. Today marks the beginning not only of a new administration, but of a period that will be eventful, perhaps decisive, for us and for the world.

(...)

In the coming years, our program for peace and freedom will emphasize four major courses of action.

First, we will continue to give unfaltering support to the United Nations and related agencies, and we will continue to search for ways to strengthen their authority and increase their effectiveness. We believe that the United Nations will be strengthened by the new nations which are being formed in lands now advancing toward self-government under democratic principles.

Second, we will continue our programs for world economic recovery.

This means, first of all, that we must keep our full weight behind the European recovery program. We are confident of the success of this major venture in world recovery. We believe that our partners in this effort will achieve the status of self-supporting nations once again.

In addition, we must carry out our plans for reducing the barriers to world trade and increasing its volume. Economic recovery and peace itself depend on increased world trade.

Third, we will strengthen freedom-loving nations against the dangers of aggression. We are now working out with a number of countries a joint agreement designed to strengthen the security of the North Atlantic area. Such an agreement would take the form of a collective defense arrangement within the terms of the United Nations Charter.

We have already established such a defense pact for the Western Hemisphere by the treaty of Rio de Janeiro.

The primary purpose of these agreements is to provide unmistakable proof of the joint determination of the free countries to resist armed attack from any quarter. Every country participating in these arrangements must contribute all it can to the common defense.

If we can make it sufficiently clear, in advance, that any armed attack affecting our national security would be met with overwhelming force, the armed attack might never occur.

I hope soon to send to the Senate a treaty respecting the North Atlantic security plan.

In addition, we will provide military advice and equipment to free nations which will cooperate with us in the maintenance of peace and security.

Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas.

More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive

and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas.

For the first time in history, humanity possesses [sic] the knowledge and skill to relieve suffering of these people.

The United States is pre-eminent among nations in the development of industrial and scientific techniques. The material resources which we can afford to use for assistance of other peoples are limited. But our imponderable resources in technical knowledge are constantly growing and are inexhaustible.

I believe that we should make available to peace-loving peoples the benefits of our store of technical knowledge in order to help them realize their aspirations for a better life. And, in cooperation with other nations, we should foster capital investment in areas needing development.

Our aim should be to help the free peoples of the world, through their own efforts, to produce more food, more clothing, more materials for housing, and more mechanical power to lighten their burdens.

We invite other countries to pool their technological resources in this undertaking. Their contributions will be warmly welcomed. This should be a cooperative enterprise in which all nations work together through the United Nations and its specialized agencies whenever practicable. It must be a worldwide effort for the achievement of peace, plenty, and freedom.

With the cooperation of business, private capital, agriculture, and labor in this country, this program can greatly increase the industrial activity in other nations and can raise substantially their standards of living.

Such new economic developments must be devised and controlled to the benefit of the peoples of the areas in which they are established. Guarantees to the investor must be balanced by guarantees in the interest of the people whose resources and whose labor go into these developments.

The old imperialism--exploitation for foreign profit--has no place in our plans. What we envisage is a program of development based on the concepts of democratic fair-dealing.

All countries, including our own, will greatly benefit from a constructive program for the better use of the world's human and natural resources. Experience shows that our commerce with other countries expands as they progress industrially and economically.

Greater production is the key to prosperity and peace. And the key to greater production is a wider and more vigorous application of modern scientific and technical knowledge.

Only by helping the least fortunate of its members to help themselves can the human family achieve the decent, satisfying life that is the right of all people.

Democracy alone can supply the vitalizing force to stir the peoples of the world into triumphant action, not only against their human oppressors, but also against their ancient enemies--hunger, misery, and despair.

On the basis of these four major courses of action we hope to help create the conditions that will lead eventually to personal freedom and happiness for all mankind.

(...)

To that end we will devote our strength, our resources, and our firmness of resolve. With God's help, the future of mankind will be assured in a world of justice, harmony, and peace¹.

1 NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION, www. A utilização de negrito é da nossa responsabilidade.

8. “Desenvolvimento” na globalização

O «desenvolvimento-processo» é hoje, simultaneamente e de forma interligada, uma neocolonização, envolvendo instituições e pessoas exteriores e interiores aos países sujeitos a essa situação, e uma próspera “indústria” que contribui para o enriquecimento dos países já desenvolvidos.

O «desenvolvimento-processo» é hoje, parte integrante da globalização.

Não pretendemos aqui retomar na totalidade os nossos estudos sobre a globalização¹⁹, mas não podemos deixar de chamar a atenção para dois aspectos:

- a) A delimitação do conceito de “globalização”
- b) A explicitação de algumas das suas características que têm implicação directa com o conceito que estamos a analisar.

Estaremos então em condições de precisar algumas das características do «desenvolvimento-processo» no último quarto de século, permitindo a interpretação de algumas das evoluções no continente africano.

9. Globalização, fase da mundialização

Na nossa terminologia – construída na análise da informação estatística, na interpretação dos discursos e na preocupação política de clarificar realidades – mundialização e globalização designam períodos diferentes. Esta é uma parte daquela²⁰.

Entendemos por *mundialização* um processo de aproximação entre homens quotidianamente inseridos em espaços geográficos diferentes. Aproximação que pode assumir múltiplas formas: da viabilidade de contactos pessoais à comunicação escrita, oral; da troca de mercadorias produzidas por uns e outros à troca de informações, etc. Assim sendo, podemos dizer, como é frequentemente afirmado, que a mundialização é um processo que se iniciou nos primórdios da humanidade, com avanços e recuos, mas tendencialmente crescente, manifestando-se de forma de-

19 Para uma análise mais pormenorizada remetemos para Pimenta (2004), especificamente sobre a globalização, e (2007) para as suas relações com o subdesenvolvimento e desenvolvimento.

20 Nesta caracterização vamos seguir muito de perto a nossa intervenção na conferência do IESE. Ver PIMENTA (2007b).

sigual nas diversas regiões do mundo. Se medirmos a mundialização pela frequência e velocidade da relação entre quaisquer dois cidadãos (ou instituições) situados em espaços geográficos (e sociais) diferentes, facilmente chegaremos à referida constatação.

Contudo, será disso que falamos quando discutimos sobre a mundialização, quando procuramos medir os seus prós e contras, quando reflectimos sobre as nossas condições de vida, sobre as políticas económicas e sociais de que somos destinatários ou instrumentos? Certamente que não. O objecto de estudo que corresponde às preocupações de todos nós, cidadãos desta etiquetada “aldeia global”, é a sociedade actual, com dinâmicas fortemente condicionadas pelo económico. *É uma certa fase da mundialização* que se estende até aos dias de hoje. Uma fase que assume certa especificidade. É a essa fase que designamos por *globalização*.

A caracterização desta fase e a sua periodização é um processo simultâneo, do qual resultou a datação do seu início. Os estudos mostram que este se verifica nos anos 80 do século passado. Parece-nos que essa referência é consistente com dois aspectos particularmente relevantes dessa década: o advento da microinformática, a integração das diversas formas de informação e as redes de telecomunicações, por um lado, e o fim do socialismo na Europa e na URSS e a tendência de hegemonização do capitalismo à escala mundial. Dois fenómenos de natureza diferente, mas que podem estar intimamente associados, por outro.

Pensamos que esta diferença entre mundialização e globalização (chamemos-lhes desta forma ou utilizemos outras designações (“mundialização” / “fase recente da mundialização”; “globalização milenar” / “globalização imperialista recente”, etc.) é vantajosa. Em primeiro lugar porque precisa o objecto de estudo e permite uma muito mais rigorosa caracterização. Em segundo lugar porque diferencia claramente dinâmicas seculares, predominantemente determinadas pela evolução da tecnologia, das forças produtivas, e dinâmicas de décadas, predominantemente determinadas pelas relações económico-socio-políticas, pelas relações de produção. *Em terceiro lugar porque podemos dizer categoricamente que a mundialização é inevitável e a globalização não é inevitável. Não o é na sua existência e nas formas que assume.*

10. Linhas de força da globalização

Uma caracterização muito sintética da globalização pode ser feita da seguinte forma:

Esta fase do imperialismo é essencialmente caracterizada pelo reforço da ideologia neoliberal, pelo aumento do capital fictício até níveis nunca anteriormente atingidos, num contexto de articulação e mundialização acelerada dos seus mercados e pela adopção de políticas económicas que reforçam o papel das multinacionais, empresarizam a economia mundial e dificultam a resistência dos povos.²¹

Concentremos a nossa atenção em três aspectos. Os dois primeiros intimamente interligados entre si e elementos caracterizadores da globalização – a importância dos mercados financeiros e a ampliação da economia subterrânea – e o terceiro consequência daqueles: o agravamento das desigualdades económicas à escala mundial. Eles têm impactos directos sobre o «desenvolvimento-processo», nomeadamente em África.

A importância crescente das actividades financeiras e dos *mercados financeiros*, a estreita interligação entre esses mercados (entre esses diversos tipos de mercados e entre mercados formalmente localizados em espaços diferentes), a grande diversidade de títulos e operações (alguns tradicionais e inevitáveis numa economia capitalista, mas muitos outros funcionando quase exclusivamente como amplificadores das operações de crédito), nomeadamente sobre futuros é algo que surge como novidade nos anos 80 do século passado e desde então até hoje se tem ampliado muito significativamente. O produto mundial anual é um valor irrisório em relação ao montante das operações diárias nos mercados financeiros²².

21 Retomamos aqui a síntese que temos feito frequentemente na sequência da publicação do livro com as nossas investigações sobre esta temática. Gostaríamos de salientar que não pretendemos que desta constatação de factos se retire qualquer valorização. A crítica que frequentemente nos tem sido feita de que só apresentamos os aspectos negativos da globalização parece-nos inadequada. Ilustremos. Nesta formulação falamos em “aumento do capital fictício”. Estamos dessa forma a designar objectivamente que os movimentos de capital-dinheiro nos mercados financeiros aumentam em quantidade e que dentro destes aumenta a importância relativa da sucessiva compra e venda dos mesmos títulos, sem uma ligação directa e imediata a processos de financiamento das actividades habitualmente designadas de produtivas. É bom? É mau? Depende da interpretação que cada um faça sobre a relevância dos mercados financeiros para os processos de funcionamento das sociedades, depende das vantagens ou desvantagens monetárias que se retiram dessas dinâmicas. Falamos em “reforço das empresas multinacionais”. É uma constatação empírica, embora mude as características e formas de actuação desse tipo de empresas. É bom? É mau? Depende da apreciação que se faça do papel das empresas, das funções do Estado, da importância da inovação, etc.

22 Podem encontrar-se quantificações até 2004 no livro (PIMENTA, 2004) e, obviamente, em

Este aspecto tem consequências imediatas sobre o funcionamento global das economias de todo o mundo e, conseqüentemente, sobre o «desenvolvimento-processo», sobre a “cooperação para o desenvolvimento”.

Em primeiro lugar porque desarticula a relação inevitável entre a “economia real” e a “economia monetária”, a unidade dos processos de produção e reprodução, da troca e da repartição dos rendimentos. Os sistemas monetários e de crédito deixam de ser a outra face dos sistemas produtivos e de criação de bens e serviços, autonomizam-se, reproduzem-se ampliando-se e passam a funcionar como um sorvedouro de recursos monetários proveniente de todos os sectores de actividade económica, pelo que podem funcionar como um obstaculizador do próprio crescimento mundial do valor acrescentado²³.

Uma demonstração deste antagonismo entre o económico e o financeiro é-nos dada por STIGLITZ (2004). Depois de chamar a atenção para o carácter nefasto de muitas das intervenções do Fundo Monetário Internacional em todo o mundo, depois de ter mostrado como elas têm contribuído para o agravamento das condições de vida de milhões de indivíduos, tenta interpretar a lógica de intervenção do FMI. Um comportamento tão nefasto para a humanidade seria difícil de explicar por incompetência técnica, por burocracia ou organização interna, por erros individuais ou até por enviesamento ideológico. E a sua conclusão é lúcida:

A mudança de mandato e de objectivos pode ter sido discreta, mas não tem sido subtil – o FMI deixou de servir os interesses económicos mundiais para servir os interesses financeiros mundiais. A liberalização do mercado de capitais pode não ter contribuído para a estabilidade económica global, mas abriu novos e vastos mercados a Wall Street. (2004: 263)

O FMI ao ser a organização mundial orientada por “interesses financeiros”, acaba por estar contra os “interesses económicos”. Ao preocupar-se exclusiva ou predominantemente com a situação financeira dos países e do mundo, acaba por dificultar o crescimento económico, por agravar as condições de vida das populações de vastas regiões do planeta.

muitos outros livros e estatísticas internacionais.

23 Dois exemplos em diversos países: as baixas taxas de crescimento do produto interno bruto, as dificuldades dos sectores agrícola e industrial e, como contraponto, os elevados lucros dos bancos e do sector financeiro em geral; os ritmos de crescimento do crédito em comparação com outras variáveis económicas.

Enquanto o «desenvolvimento-processo» anterior à globalização dava grande importância ao abastecimento de produtos minerais e agrícolas e ao consumo de bens produzidos, logo à existência de infra-estruturas que permitissem a apropriação das matérias-primas pelos países desenvolvidos e o consumo pelos subdesenvolvidos dos bens industriais, com a globalização começa a alterar-se os enfoques do processo. As questões financeiras assumem importância crescente, o sistema bancário e os mercados de capitais passam a estar entre as prioridades. Enquanto o «desenvolvimento-processo» pré-globalização tinha que dar atenção os homens – indispensáveis na produção e no consumo – e deixava estruturas que facilitavam a actividade económica, actualmente os homens pouco interessam: o capital-dinheiro é prioritário e são poucos, muito poucos, os que são os seus possuidores.

O «desenvolvimento-processo» também é financeirização e ao fazê-lo conflitua com o crescimento económico, subvaloriza o espaço e os homens, desumaniza-o ainda mais.

11. Globalização e “economia sombra”

A financeirização da economia mundial é acompanhada de um aumento do que a OCDE designa por economia-não-registada, na medida em que não figura nas estatísticas e não é considerada pela contabilidade nacional dos países. Podendo ser designada de múltiplas formas, é frequentemente designada por economia subterrânea ou economia sombra.

Apesar de não haver informação estatística, como é óbvio, sobre estas actividades, existem métodos de constatação da sua existência, de quantificação aproximada. Podemos dizer categoricamente que tem aumentado desde a década de 80 do século passado e que actualmente representa cerca de 25% do produto interno mundial. Esta percentagem média oscila entre 5% e 70%, para utilizar números redondos, conforme os países, variando também a importância relativa das suas diversas componentes. Por outras palavras, o produto anual mundial é 1,25 vezes o oficialmente anunciado. Encontramo-nos “rodeados de economia subterrânea por todos os lados”. Não é uma excrescência do sistema, uma sua parte marginal, mas situação integrante de todo o

tecido económico, a que ninguém está totalmente alheio²⁴.

Utilizando a terminologia da OCDE uma parte dessa economia não registada seria o resultado de uma fuga ao fisco, outra parte seria sobretudo actividades relacionadas com a sobrevivência das famílias – genericamente designadas por actividades informais – e uma outra formada por actividades ilegais (da droga ao armamento, dos órgãos humanos ao “armazenamento” de resíduos tóxicos, do tráfico de verdadeiros escravos ao contrabando diverso, etc.). Este aumento da economia não registada parece estar essencialmente ligado à importância deste terceiro grupo.

Acrescente-se ainda em relação à economia subterrânea dois comentários. Em primeiro lugar há um ambiente social favorável à proliferação da economia subterrânea: (a) o facto de o dinheiro assumir-se como símbolo de poder e de felicidade, fim último da vida em camadas crescentes da população, enfraquece os comportamentos morais e cria condições favoráveis para a expansão desse tipo de economia; (b) a liberdade de circulação de capitais, a fraca intervenção do Estado, a fluidez dos mercados e o anonimato são suportes fundamentais para o «branqueamento de capitais», mais precisamente para a passagem do capital-dinheiro das actividades ilegais para as legais e destas para aquelas. Em segundo lugar o capitalismo criou estruturas apropriadas para serem “placas giratórias” entre as actividades legais e ilegais: os territórios *off-shore*.

Esta importância crescente da economia subterrânea também afecta directamente o «desenvolvimento-processo». Não é fácil fazer um inventário preciso dessas alterações porque elas não são visíveis e porque os métodos de estimação são muito ineficazes para as pormenorizações. Contudo há alguns dados e fortes indícios de que:

1. Algumas actividades de “cooperação” estão directamente ligadas a actividades subterrâneas, nomeadamente ilegais, tais como, servindo apenas de exemplo, tráfico de armas, obtenção de órgãos humanos e sua comercialização, tráfico de homens, mulheres e crianças. A presença e intervenção “bem intencionada” nos países desenvolvidos permite essas actividades ao serviço de sectores dos países desenvolvidos.

24 Apesar de os dados mostrarem inequivocamente esta situação, frequentemente continuamos a comportar-nos (inclusive a estudar cientificamente as sociedades contemporâneas) como se nada disso existisse ou fosse o resultado da actuação de uns tantos malféitores.

2. Há uma recomposição da economia subterrânea nos países sub-desenvolvidos, ao mesmo tempo que aumenta o seu valor. Se aí tinha, e tem, muito peso a “economia informal”, frequentemente ligada à própria população local, cada vez mais esta se insere nas redes comerciais mundiais e aumenta a importância relativa das actividades ilegais²⁵.

Como afirma HUGOT (2006), “A África tornou-se um local de reciclagem dos capitais permitindo o branqueamento do dinheiro, o financiamento dos partidos políticos estrangeiros ou as subfacturações, fonte de rendas privadas e públicas” (49). O «desenvolvimento-processo» tem integrado África na mundialização das actividades ilegais controladas por instituições localizadas nas economias desenvolvidas.

12. Integração marginalizada

Recordemos finalmente, que esta mundialização atinge todas as vertentes da sociedade, mas manifesta-se de forma desigual conforme os momentos e os locais, ora integrando a acumulação capitalista mundial ora desarticulando as sociedades integradas/marginalizadas. O mercado de trabalho continua a ser um mercado fragmentado e segmentado. As desigualdades sociais aumentam.

As estatísticas comprovam inequivocamente que a partir de 1983 há um agravamento das desigualdades entre os diversos países do mundo.

Como salienta Samir AMIN a tendência estrutural é de agravamento das desigualdades:

A lei do valor mundializada acarreta uma maior polarização, dados os “cinco monopólios” que definem a nova hierarquia capitalista (o controlo das tecnologias, dos sistemas financeiros, do acesso aos recursos naturais, das

²⁵ Nestas breves considerações deixamos de lado certos aspectos destas actividades ilegais e de fraude, como é o caso da corrupção. Esta tem origens muito diversas e não podemos legitimamente explicá-la apenas com um elemento, mas temos que reconhecer que a cooperação tem funcionando ora como seu factor permissivo ora como seu factor impulsionador. Refira-se ainda a frequente relação entre a cooperação e a manipulação política. Há estudos rigorosos (ver, por exemplo, os estudos em que DREHER é um dos co-autores) que mostram, por exemplo, que os países dependentes de financiamento do Banco Mundial ou do FMI, os países com ajustamentos estruturais tendem a adoptar as posições do G7 na Assembleia Geral das Nações Unidas, ou que a ajuda ao desenvolvimento dos EUA é uma forma de comprar votos na Assembleia Geral das Nações Unidas.

comunicações e os meios de comunicação de massa, e dos armamentos de destruição maciça) (2000, 246/7).

É neste contexto que se insere o «desenvolvimento-processo».

13. Acordos de cooperação

A expressão jurídico-formal da correlação de forças económico-social entre os diversos países em torno do «desenvolvimento-processo», assumido ideologicamente como “desenvolvimento” são os acordos de cooperação. Estes não são um subproduto espontâneo da vontade política dos países dominantes (a este propósito designados de “doadores”), mas acabam por reflectir, com tonalidades próprias, a dinâmica da economia mundial.

Não são um subproduto espontâneo porque as determinantes das acções “desenvolvimentistas” são diferentes de país para país, porque há diversos níveis de dominação, porque a correlação de forças à escala mundial reflecte sempre a actuação de todos e de cada um, porque as conjunturas também podem determinar as estruturas, porque a manifestação ideológico-política das reais vontades económicas cria um espaço de possibilidades variegadas de concretização, porque a diplomacia tem algum espaço de autonomia²⁶. E na medida em que o não são há que também aproveitar essa frente de intervenção política e utilizá-la para dar um sentido diferente ao conceito de “desenvolvimento”.

Contudo temos de ter cuidado em não transformar esse limitado espaço de manobra com a ilusão de aí se modificar de forma decisiva essa correlação de forças. De facto a dinâmica da economia mundial acaba

²⁶ Um exemplo retirado de TAMAMES (1993) para ilustrar esta autonomia relativa da negociação, dispensando-nos de acrescentar qualquer comentário sobre as suas afirmações (que eventualmente justificariam uma leitura mais complexa): “Para concretizar o novo organismo projectado, solicitou-se ao secretário geral da ONU que iniciasse as consultas pertinentes «para a realização de uma Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento». Esta solicitação teve o processo adequado, apesar da ideia de uma Organização Internacional de Comércio (...) não fosse muito atractiva para os países industriais, que já tinham o GATT como foro internacional de comércio. No entanto uma negativa rotunda ao projecto da conferência teria provocado uma irritação profunda e generalizada entre os Países Menos Desenvolvidos. Foi assim que, a três de Agosto de 1962, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas convocou a «Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento» (CNUCD), mais conhecida pelas suas siglas inglesas de UNCTAD (United Nation Conference on Trade and Development)” (174).

por reflectir-se nas negociações, nos acordos, nas regras acordadas (por maioria ou unanimidade).

Tomemos, para exemplo, duas situações: a evolução dos acordos entre a União Europeia e os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e os Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio.

Num sobrevoo sobre a história dos acordos CEE-UE/ACP podemos dizer que há uma tendência entre Yaoudé I (1963) e Lomé III (1984) para ficarem consignados aspectos que são economicamente relevantes para o “desenvolvimento” em África: concessão de vantagens comerciais às ex-colónias africanas para além da ajuda técnica e financeira, Prioridade à construção de infra-estruturas, compensação pelas perdas nas exportações resultantes das baixas de preços dos produtos, maior atenção à auto-suficiência e segurança alimentar, particular importância ao desenvolvimento rural. Entretanto modifica-se significativamente a correlação de forças mundial com o desmembramento do socialismo, com a diminuição da luta dos novos países independentes e dos países não alinhados e desde Lomé IV (1989) até aos Acordos de Cotonou (2000) há alterações significativas dos acordos, com a introdução de controlos políticos e afirmações ideológicas: maior relevância atribuída à situação política dos povos (“direitos humanos”, “democracia”, “estado de direito”)²⁷, podendo funcionar como critério de exclusão, “maior importância” atribuída ao sector privado²⁸. Além disso as ONGDs (Organizações não Governamen-

27 Considerar que a consignação destes aspectos nos acordos são negativos não se opõe ao reconhecimento de que as questões políticas são importantes, que é importante que haja melhor Estado (em África e em todo o mundo), tanto mais que defendemos em muitas situações *melhor Estado e mais Estado*. O que é negativo é que a classificação do que é melhor ou pior seja realizada exclusivamente de um ponto de vista dos países desenvolvidos, que facilite a ingerência política, que tenda a subestimar as situações económicas e sociais. Acrescente-se, para se atender também há hipocrisia frequente, que alguns dos “avaliadores do bom comportamento político” não têm regras democráticas de funcionamento (casos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial) e que alguns dos países “grandes defensores dos direitos humanos” sejam os primeiros a negociar com ditaduras quando elas transpiram petróleo e negócios ou sejam dos mais frequentes violadores das regras de funcionamento da economia mundial (ex. EUA, como o demonstram diversos trabalhos sobre o assunto).

28 Também aqui se impõe uma observação para esclarecer interpretações distorcidas. Não estamos contra a participação do capital privado no “desenvolvimento”. Aliás, quando defendemos que promover o desenvolvimento (veja-se o que se diz em “desenvolvimento-resultado”) é aumentar a densidade da matriz interindustrial estamos implicitamente a defender um

aumento da iniciativa empresarial, um aumento da apetência para a iniciativa, o risco e a capacidade de montar empresas. Mesmo na “ajuda ao desenvolvimento” muito frequentemente

tais para o Desenvolvimento) “multiplicam-se como cogumelos”, assumem uma cada vez maior importância na ajuda pública ao desenvolvimento e surgem frequentemente como credíveis junto dos Estados “doadores” que os Governos dos Estados “ajudados”.

Por outras palavras, a globalização, fase recente da mundialização, vem aumentar a capacidade de ingerência dos países desenvolvidos em África, de procurar novas formas de controlo neocolonial. Esta situação – que se manifesta desde os casos que referimos aos “planos de ajustamento estrutural”, desde o retomar da confusão entre “combate ao subdesenvolvimento” e “combate à pobreza” aos prémios atribuídos aos bem comportados económica e politicamente – modifica o panorama da cooperação («desenvolvimento-processo») à escala mundial. Esta alteração das tendências da cooperação traduziu-se também nas regras de actuação da UE, uma das grandes instituições financiadoras da ajuda pública ao desenvolvimento.

Quanto aos Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio é interessante ver que os primeiros pontos são de grande “impacto humano” e decisivos para muitos cidadãos do mundo (“1. erradicar a pobreza extrema e a fome”, “2. alcançar a educação primária universal”) mas os que merecem maior pormenorização são os que interessam aos países desenvolvidos (“7. assegurar a sustentabilidade ambiental”, “8. desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento”²⁹). Simultaneamente, enquanto nos países em vias de desenvolvimento os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estão no centro das suas preocupações, são apresentados publicamen-

a iniciativa privada é a melhor, a mais eficiente e duradoura via de se atingirem os objectivos. No entanto condenamos que o reconhecimento da importância das empresas privadas no “desenvolvimento” se transforme numa arma ideológica. E isto acontece quando a cooperação em vez de se centrar nos objectivos a atingir se centra n as vias para o conseguir, quando o privado é etiquetado de “bom” em contraponto ao público que passa a ser, num mundo visto só a duas cores, “mau”.

29 O primeiro objectivo tem duas metas: “Meta 1. Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população cujo rendimento é inferior a um dólar por dia”; “Meta 2. Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população afectada pela fome”. O segundo objectivo tem uma única meta: “Meta 3. Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário.”. O sétimo objectivo tem três metas: “Meta 9. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais”. “Meta 10. Reduzir para metade, até 2015, a percentagem de população sem acesso permanente a água potável”. “Meta 11. Até 2020, melhorar significativamente a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados”. Finalmente o oitavo objectivo tem sete metas: “Meta 12. Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório”. “Meta 13. Satisfazer as necessidades especiais dos Países Menos Avançados”. “Meta 14. Satisfazer as necessidades especiais dos países sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento”. “Meta 15. Tratar de forma

te como importantes metas a serem atingidas, nos países desenvolvidos quase não se fala no assunto a não ser na preparação de cimeiras.

Ao mesmo tempo reconhece-se já que os primeiros objectivos já não são atingíveis nos prazos estabelecidos, por muito interessantes que fossem.

Como diz AMIN (2006)

Um exame crítico da formulação dos objectivos bem como da definição dos meios que são requeridos para implementá-los apenas pode levar à conclusão de que os ODM não podem ser levados a sério. Uma litania de esperanças piedosas não compromete ninguém. E quando a expressão destas esperanças piedosas é acompanhada por condições que no essencial eliminam a possibilidade delas se tornarem realidade, deve-se formular a pergunta: não estão os autores do documento a perseguir outras prioridades que nada têm a ver com “redução da pobreza” e tudo o mais? Neste caso, não deveria o exercício ser descrito como pura hipocrisia, como atirar areia para os olhos daqueles que estão a ser forçados a aceitar os ditames do liberalismo ao serviço de interesses bastante particulares e exclusivos do capital globalizado dominante?

14. Adjectivação do «desenvolvimento-processo»

Para terminarmos estas considerações sobre o «desenvolvimento-processo» peguemos no magnífico documento de AMARO (2006), começando por transcrever a parte que interessa para a nossa análise:

Como se referiu, são inúmeras as designações que surgiram nos últimos 30 anos, na tentativa de renovação do conceito de desenvolvimento.

Destes conceitos vou reter seis (cinco + um), que cumprem dois critérios que considero fundamentais para a sua utilidade e pertinência social:

- serem cientificamente fundamentados, o que significa terem já um suporte bibliográfico de circulação mundial suficiente e/ou terem já sido objecto de investigações e trabalhos académicos (nomeadamente ao nível de dissertações de mestrado e doutoramento);
- terem reconhecimento institucional internacional, ou seja serem fre-

integrada o problema da dívida dos países em desenvolvimento, através de medidas nacionais e internacionais, por forma a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo”. “Meta 16. Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens trabalho condigno e produtivo”. “Meta 17. Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, aos países em desenvolvimento”. “Meta 18. Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e comunicação”.

quentemente utilizados como referência conceptual e estratégica pelas mais importantes organizações internacionais (O.N.U. e seus departamentos e organismos principais, Banco Mundial, F.M.I., O.C.D.E. e/ou serviços da União Europeia, entre outros).

Com este crivo, foi possível seleccionar claramente cinco conceitos novos, a que se juntou mais um, que não cumpre completamente aqueles dois critérios, mas que surge referenciado a propósito dos outros.

Os seis novos conceitos são (com alguma ordem cronológica):

- Desenvolvimento Sustentável
- Desenvolvimento Local
- Desenvolvimento Participativo
- Desenvolvimento Humano
- Desenvolvimento Social
- Desenvolvimento Integrado

Tendo em conta os respectivos conteúdos e contextos (científicos e institucionais) de afirmação, é possível organizar os cinco primeiros em três grandes “fileiras” ou famílias conceptuais, ficando o último à parte, como conceito transversal:

- a) A “fileira” ambiental;
- b) A “fileira” das pessoas e das comunidades (“people-centered”);
- c) A “fileira” dos Direitos Humanos e da dignidade humana.

Quando falamos ou aplicamos cada um dos seis conceitos de desenvolvimento estamos a privilegiar algumas componentes do processo em detrimento de outras. O “desenvolvimento sustentável” privilegia a articulação entre as actividades económicas e o sistema ecológico; o “desenvolvimento local” privilegia a participação e as relações de vizinhança; o “desenvolvimento participativo” também privilegia a participação na dimensão da cidadania, não deixando de frequentemente confundir-se com o conceito anterior³⁰; o “desenvolvimento humano” e o “desenvolvimento social” privilegiam o bem-estar das pessoas assente na

30 O “desenvolvimento participativo” tem estado nos últimos anos muito relacionado com o *empowerment*, conceito empresarial (associado à descentralização, promovendo a iniciativa de planeamento e execução em todos os níveis, sendo todos responsáveis pela resolução dos problemas) transposto para intervenção nas sociedades, fortemente acarinhado pela União Europeia. O livro de Milando, que nos está a servir de suporte para esta análise, baseou-se muito no estudo crítico deste tipo de “desenvolvimento”.

possibilidade e liberdade de escolha. O que o “desenvolvimento integrado” privilegia é de outro nível, é metodológico: a sociedade é um todo e exige uma forma de intervenção que transforme articulada e racionalmente esse todo.

Estamos de acordo com Amaro quando considera que a explicitação destas preocupações é positivo: “A extraordinária diversidade dos caminhos propostos por estes novos conceitos, exigindo uma permanente criatividade e permitindo recuperar um dos princípios fundamentais da Vida, tão maltratado pelo uniformismo e massificação das práticas anteriores.” Certamente que o «desenvolvimento-resultado» é diferente conforme o «desenvolvimento-processo» adoptado, mas não podemos perder de vista o essencial: estamos sempre num quadro de referência em que o desenvolvimento é assumido como uma intervenção de uns (desenvolvidos) sobre outros (subdesenvolvidos), em que “a cooperação para o desenvolvimento” é parte integrante da reprodução do capitalismo, com a sua hierarquia de riqueza e poder, é, hoje, parte integrante da globalização. Por isso não é estranhar que frequentemente sejam as mesmas organizações internacionais a adoptar estas diversas concepções.

Por isso temos afirmado com insistência: “Porque se trata de um processo complexo, com múltiplos elementos constitutivos com dinâmicas próprias, com interacções entre si, podemos designar este desenvolvimento como integrado. Porque tem como referência o homem e são as condições de vida destes que norteiam os processos, é desenvolvimento humano. Porque, por definição, tem que garantir a sistemática reprodução e não hipotecar o futuro de nenhuma forma, é sustentável. Porque é tudo isso, e muito mais, é pura e simplesmente desenvolvimento.” (2007a: 23)

Retomaremos este assunto a propósito do «desenvolvimento-resultado».

15. Indústria do desenvolvimento

Já anteriormente fizemos alusão que a “cooperação para o desenvolvimento” deu lugar a toda uma “indústria do desenvolvimento”, cujos principais beneficiários são os países já desenvolvidos. É oportuno aprofundarmos um pouco mais esta ideia, embora uma referência pormenorizada e quantificada exigisse estudos adicionais.

Para maior facilidade de exposição podemos segmentar as referências a esta promissora indústria, embora seja importante não se perder de vista que todos os aspectos que referiremos de seguida estão interligados³¹.

Em primeiro lugar, a “cooperação para o desenvolvimento” fez com que tivessem sido constituídos muitos organismos “vacionadas” para a sua concretização. As instituições de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Bancos de Desenvolvimento Regionais), embora visando também outros objectivos, dedicam muita atenção à cooperação. A ONU tem diversas instituições multilaterais que têm na cooperação a exclusividade ou uma parte significativa das suas actividades: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa Alimentar Mundial (PAM), Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), etc. São aproximadamente meia centena de instituições³². O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) é outra instituição relevante para estes propósitos. Depois quase todas as integrações regionais (a começar pela União Europeia) têm as suas estruturas especificamente encarregues da cooperação, o mesmo acontecendo com

31 O que aqui referimos são apenas tópicos. Esta matéria exigiria um estudo mais detalhado, desembocando na estimativa do valor acrescentado criado por esta “indústria”. Aqui limitamo-nos a muito poucas referências e a algumas perguntas que podem ter o mérito de despertar para esta realidade que tem sido ignorada.

32 Apenas alguns singelos dados sobre estas organizações. O PNUD, com direcção em Nova Iorque, que por sua vez está associado a muitas outras instituições e que tem relações estreitas com centenas de ONGDs, tem 5300 funcionários, encontrando-se cerca de 18% na sede. A UNICEF, localizada em Nova Iorque, tem cerca de 6000 funcionários, espalhados pelo mundo. O PAM, com sede em Roma, conta com 10906 funcionários e as suas receitas resultam de doações governamentais, tendo atingido em 2004 (último ano para que obtivemos dados) 3.100 milhões de dólares americanos (1 milhão = 10⁶). A FNUAP, com sede em Nova Iorque tem 972 funcionários e as suas receitas foram em 2004 de 506,1 milhões de dólares. A CNUCED, com sede em Genebra, tem 192 estados membros, está associado a 146 instituições intergovernamentais e associado a mais 193 organizações relacionadas com os seus objectivos, tem apenas 394 funcionários na sua sede e gere um orçamento habitual de 45 milhões de dólares, contando com um orçamento suplementar de montante aproximado. A FAO, com sede em Roma, tem cerca de 1500 funcionários permanentes e 2200 “tarefeiros”, com um orçamento para 2006/7 de 765,7 milhões de dólares. Poder-se-ia referir que a UNESCO (educação e cultura), com sede em Paris teve um orçamento base para 2006/7 de 610 milhões de dólares, reforçado em 408,8 milhões. A UNHCR (refugiados), com sede em Genebra, tem cerca de 6000 funcionários espalhados pelo mundo e as suas despesas em 2006 foram de 1.220 milhões de dólares. O FMI tem 2700 funcionários e o BIRD, instituição principal do Banco Mundial, 6800 funcionários permanentes. Para termos um termo de comparação diga-se que o rendimento interno da África subsariana em 2004 foi de 500.237 milhões de dólares.

quase todos os países desenvolvidos. Acrescentemos ainda estruturas diversas de coordenação de programas e projectos. Todas estas instituições estão espalhados por todo o mundo mas as suas sedes estão essencialmente nos países já desenvolvidos.

Em segundo lugar existem as ONGDs. São dezenas de milhar. Orientadas pelas mais diversas preocupações, actuando em diferentes espaços geográficos. O seu prestígio institucional e os fundos de que são frequentemente portadoras dá-lhes uma força de actuação junto dos países subdesenvolvidos, umas vezes caldeada pelo bom senso, outras vezes apropriando-se de algum do espaço de soberania daqueles.

Em terceiro lugar todas estas organizações geram, ao funcionar, impactos em cadeia sobre muitas outras actividades. São as empresas de transporte, as empresas de consultadoria e as universidades, são as instituições privadas, financeiras ou industriais, envolvidas nestes processos, são todos os ramos de actividade que estão ligados, directa ou indirectamente ao normal exercício de actividades dos sectores dos serviços, da saúde, da educação, etc.

Uma parte dessa actividade realiza-se nos países que são objecto de intervenção. Diga-se, a título de exemplo, que no *Directório das Organizações de Desenvolvimento* há, para 2007, 14.359 instituições referenciadas em África, em 57 países. É o continente com maior número de instituições, representando 28% das instituições inventariadas. Por isso mesmo os espaços de vivência dos cooperantes ou de realização de eventos são zonas urbanas de intenso crescimento das actividades económicas, dominantemente controladas por cadeias de hotelaria e restauração multinacionais.

Em quarto lugar é importante ter em conta que várias actividades de cooperação mesmo quando concretizadas em territórios em vias de desenvolvimento acabam por beneficiar essencialmente as economias desenvolvidas, como recorda NYAMBAL (2006), quando justifica algumas das razões da ineficácia da cooperação como processo:

Uma análise detalhada dos fluxos de ajuda bilateral e multilateral mostra que os países industrializados são os primeiros beneficiários da ajuda que adjudicam aos países pobres. Tomemos como exemplo um projecto de assistência técnica do Banco Mundial da ordem de 8 milhões de dólares americanos que devem financiar um programa de privatizações. Este empréstimo servirá para financiar despesas dos consultores e bancos comerciais estrangeiros no montante de 6,4 milhões de dólares US e a compra de material

informático e de escritório de 200.000 dólares US. Estas despesas serão efectuadas nos países avançados. O restante, nomeadamente as despesas de funcionamento do comité de privatizações e despesas diversas será gasto no país que empresta. (...)

Este esquema também se verifica nos empréstimos bilaterais em que o essencial do dinheiro regressa aos países doadores, pela via do pagamento dos salários dos peritos e pela compra de mercadorias às empresas desses países. Por conseguinte, disponibilizado o crédito, os países beneficiários a quem compete a gestão do projecto, isto é, quem tem os encargos com as despesas correntes e de manutenção (...) recebem muito pouca liquidez. Um projecto de ajuda ao desenvolvimento gera um retorno para os países doadores, transferências financeiras mais importantes que o montante da própria ajuda. (...)

Concentradas na rentabilidade da sua parte do mercados certas ONG humanitárias tornaram-se verdadeiras empresas, actuando mais em seu próprio beneficiário que em benefício dos seus anunciados beneficiários. As suas despesas de funcionamento explodiram durante os últimos anos, a tal ponto que os salários das ONG concorrem por vezes com o sector privado. Perante a ausência de mecanismos rigorosos de avaliação das suas acções, algumas limitam-se cada vez mais a mandarem representantes para «colocarem a bandeira» e para justificarem os seus acessos aos fundos, perpetuando-se de forma similar aos organismos públicos descritos pela sua ineficácia (150)³³

Outras situações de benefício às economias dos países desenvolvidos são bem mais cínicas, igualmente realistas, como cita Simões Lopes a propósito da perda dos valores:

As hipocrisias movidas por interesses do mundo de hoje são infelizmente demasiado comuns e muitas vezes inumanas por demasiado cruas. Não temos nós assistido, como pretensa resposta ao terrorismo condenável, ao menosprezo da via político-diplomática e, em espírito de retaliação, não temos assistido ao desencadear de ataques bélicos que devastam e deixam na miséria populações extensas, indefesas e inocentes, fazendo-se-lhe seguir depois da devastação ajuda humanitária? Destrói-se, estropia-se, mata-se antes... enviam-se alimentos e medicamentos depois (in STIGLITZ, 2004, 13).

Ganham as indústrias de armamento e ganham as indústrias alimentares e de medicamentos. Como diz o ditado “matam-se dois coelhos de uma cajadada”.

Enfim, o «desenvolvimento-processo» dá efectivamente lugar a processo de crescimento económico mas nos países que o controlam e promovem, nos países já desenvolvidos.

33 Convém referir que o autor destas palavras para além de um académico prestigiado trabalhava quando da edição do livro (agora desconhecemos) na Sociedade Financeira Internacional do Banco Mundial.

16. Conclusão

Em síntese, o «desenvolvimento-processo» é outra designação da cooperação para o desenvolvimento. Entendido como uma intervenção dos desenvolvidos nos subdesenvolvidos são uma continuação “mais civilizada” do colonialismo e do neocolonialismo. Nas últimas três décadas essa cooperação para o desenvolvimento insere-se na globalização, fase recente da mundialização. Esta gerou diferentes dinâmicas conforme as regiões e os países, alterando as hierarquias político-económicas no centro e nas periferias. Globalmente conduziu a uma financeirização da economia, a um maior desprezo pelos homens, a um agravamento das desigualdades económicas e a um crescimento da economia subterrânea.

O «desenvolvimento-processo» gerou valor acrescentado, sobretudo nos países já desenvolvidos que nos países subdesenvolvidos.

África foi particularmente maltratada nesta dinâmica.

«DESENVOLVIMENTO-RESULTADO»

17. Desconectar processo e resultado

Como MILANDO refere, e não seria difícil chegar ao mesmo resultado pelo nome que ele atribui, o «desenvolvimento-resultado» “refere-se aos resultados reais que a primeira dimensão produz”³⁴. Recordemos que a primeira dimensão a que se refere é o «desenvolvimento-processo» que acabámos de analisar.

O «desenvolvimento-resultado» *também* é consequência do «desenvolvimento-processo» mas não há nenhuma relação quantitativa entre um e outro. Há que *desconectar* quantitativamente a relação entre as duas realidades. Finalmente, há que *encontrar as melhores metodologias de quantificação do resultado*. Esses são os três desafios que pretendemos enfrentar neste ponto.

Contudo, poderá ser útil, tal é a força do hábito de raciocinar de forma diferente e as falsas evidências, tecer algumas considerações adicionais sobre a importância destes pontos.

³⁴ O termo “real” poderia conduzir-se a diversas apreciações, nomeadamente sobre “real” e “realidade”, sobre a nossa leitura simbólica do mundo de que somos e onde estamos. Não o faremos aqui.

Vamos admitir que pretendíamos medir o «desenvolvimento-processo». Se o pretendêssemos fazer rigorosamente entrariamos provavelmente no processo de infinitas lucubrações, mas como apenas visamos fazer um pequeno exercício de reflexão sobre o assunto, ficamos satisfeitos em admitir que é a soma das “transferências” dos países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos³⁵, mais o total dos rendimentos gerados pelas instituições de cooperação³⁶, eventualmente mais os rendimentos gerados noutros sectores em resultado da sua actividade. Essas actividades teriam determinados impactos sobre as sociedades subdesenvolvidas – pois é aí que se medem os resultados, apesar de estes serem provavelmente maiores nas desenvolvidas, como referimos anteriormente – e esse seria o «desenvolvimento-resultado». Contudo nos países subdesenvolvidos acontecem muitas coisas que não estão relacionadas com o «desenvolvimento-processo»: há muitas empresas a laborarem, haja ou não haja cooperação, assim como há milhões de pessoas a viver o seu quotidiano profissional e familiar, assim como há muitas decisões políticas nas mesmas circunstâncias. Se quiséssemos medir o “resultado” do “processo” teríamos que considerar apenas aquele que resulta deste. Contudo não é isso que habitualmente se faz. Hábito que frequentemente pressupõe que nada de bom acontecerá aos países subdesenvolvidos fora da cooperação. O «desenvolvimento-resultado» que é efectivamente medido resulta de muito mais factos que dos gerados pelo «desenvolvimento-processo».

Por outro lado já constatamos que as acções de cooperação podem alterar a realidade alvo ou não, e no caso afirmativo pode fazê-lo positiva ou negativamente, como Milando o demonstra inequivocamente, apesar de se centrar nos processos defendidos pelo Banco Mundial. “Muitos dos programas e projectos têm contribuído apenas para tornar ainda mais difícil a vida daqueles a quem se pretende ajudar” (42), afirma em

35 Grosso modo as “transferências” englobam o dinheiro e o valor dos bens e serviços que podem ser considerados “cooperação”, pública ou privada, com ou sem retorno, consumo ou investimento.

36 Rendimentos gerados em múltiplas instituições supranacionais ou nacionais, públicas ou privadas, tais como, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Instituto para a Cooperação deste ou daquele país, Organizações não governamentais, empresas de auditoria das acções de cooperação, etc. independentemente de onde actuem e se encontrem. Em alguns casos considerar-se-ia a totalidade dos rendimentos da instituição, noutros casos uma percentagem correspondente às actividades de cooperação com os países desenvolvidos. Se estivéssemos a quantificar apenas o “desenvolvimento-processo” com África os procedimentos seriam semelhantes.

determinado momento e reafirma-o ao longo de todo o livro. Comparando o processo e o resultado, podemos dizer, utilizando um provérbio popular, que a montanha pariu um rato. Importa pois desconectar totalmente a relação entre um e outro.

Fica por resolver a metodologia de cálculo do «desenvolvimento-resultado».

18. Incomparabilidade entre países

O que referimos anteriormente permite-nos rapidamente concluir que *quantificar o «desenvolvimento-resultado» por uma comparação entre países*, que medi-lo pela maior ou menor diferença entre uns e outros – independentemente da melhor ou menor qualidade dos indicadores adoptados³⁷ – *é um absurdo*.

É um *duplo absurdo*:

- Estamos a comparar o que não é comparável.
- Estamos a enredarmo-nos nas posições que já anteriormente considerámos herdeiras do colonialismo.

Como reagiríamos se assistíssemos a uma maratona em que uns corredores levassem às costas um motor que lhes facilitasse o avanço e outros uma mochila de pedregulhos ou motores que tendesse a levá-los a andar para trás? Se um corredor do grupo dos “privilegiados” ganhasse a prova poderíamos concluir que era melhor corredor que outros, nomeadamente dos que sofriam uma série de constrangimentos?

Não teríamos dificuldade em concluir que estávamos perante uma prova viciada, uma fraude desportiva, uma manobra de coacção e de desrespeito pelos corredores e o público. Quando analisamos o «desenvolvimento-resultado» através de comparações entre países estamos perante uma situação semelhante.

Uns começaram a corrida quando da revolução industrial, há séculos enquanto outros só puderam começar a correr após a independência³⁸. Admitir que esta dificuldade temporal poderia ser resolvida medindo

³⁷ Muito provavelmente é preferível comparar uns países com os outros tomando o índice de desenvolvimento humano do que adoptando, por exemplo, o peso dos sectores primário, secundário e terciário em termos do produto interno bruto, mas essa vantagem relativa não anula a sua natureza comum: assim como a cooperação é a acção dos desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos, o subdesenvolvimento é o afastamento dos subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos.

³⁸ Agradecemos a Marília Barros, de quem tive o prazer de ser professor, o lançamento em

do velocidades em vez de posições seria não ter em conta que o tempo da corrida em liberdade poderia influenciar fortemente a velocidade, que a situação social quando no início da corrida poderia condicionar fortemente tudo o resto. Mas além disso continuaríamos a tentar comparar o que não é comparável: como referimos não estamos perante dinâmicas independentes: o avanço de uns pode significar o recuo ou o menor avanço de outros. É uma relação – eventualmente susceptível de rupturas parciais – que é comandada pela acumulação capitalista dos países que nderam o aproveitamento da revolução industrial³⁹. Essa relação

sala de aula desta ideia fundamental.

39 Rosa Luxemburgo (1988) analisou exaustivamente o problema. Partindo da análise de Marx sobre a reprodução simples e a reprodução alargada, mostrando toda a controvérsia a que deu lugar chega à conclusão que aquele autor não explicou adequadamente a reprodução alargada – simplistamente e simplificando, o crescimento económico – nos países europeus. A sua constatação resulta exclusivamente da análise das contradições e ambiguidades do modelo e da aplicação da dedução. Procurando resolver o problema conclui que para se interpretar a acumulação, a reprodução alargada na Europa – este era então o “centro” do mundo, é necessário considerar as relações dos Estados capitalistas com as sociedades não-capitalistas. Dois extractos entre os muitos que tratam deste problema:

Assim como a produção capitalista não pode limitar-se às riquezas naturais e às forças produtivas das zonas temperadas, necessitando para seu desenvolvimento, pelo contrário, de todos os tipos de terra e de clima, da mesma forma só a força de trabalho da raça branca não lhe basta. Para o aproveitamento de regiões em que a raça branca não tem condições de trabalhar, o capital necessita de outras raças. Tem de poder dispor de forma ilimitada de toda a força de trabalho do globo inteiro, para com ela pôr em movimento todas as forças produtivas da face da Terra, na medida em que os limites da produção da mais-valia o permitam. Essa força de trabalho o capital encontra, no entanto, geralmente presa a condições de produção arcaicas, pré-capitalistas, das quais precisa ser previamente “libertada”, para que possa engajar-se no exercício ativo do capital. Esse desatrelamento da força de trabalho de suas relações sociais primitivas e sua absorção pelo sistema assalariado capitalista é uma das condições históricas indispensáveis do capitalismo. (II.27) Os objetivos económicos que o capitalismo persegue em sua luta contra as sociedades de economia natural são, especificamente, os seguintes:

- 1) Apossar-se diretamente das principais fontes de forças produtivas, tais como terras, caça das florestas virgens, minérios, pedras preciosas e metais, produtos vegetais exóticos, como a borracha etc.;
- 2) “Liberar” força de trabalho e submetê-la ao capital, para o trabalho;
- 3) Introduzir a economia mercantil;
- 4) Separar a agricultura do artesanato.

Na acumulação primitiva, ou seja, nos primórdios históricos do capitalismo na Europa, em fins da Idade Média, bem como pelo século XIX adentro, a encampação [sic] do pequeno estabelecimento agrícola pelo grande constitui, na Inglaterra e no continente, o meio mais importante para a transformação maciça dos meios de produção e da força de trabalho em capital. E até hoje essa mesma tarefa é levada em frente em escala bem maior, na política colonial, pelo capital dominante. É pura ilusão esperar que o capitalismo se contente somente com os meios de produção que for capaz de obter por via comercial. A dificuldade que o capital enfrenta neste sentido reside no fato de que em grandes regiões da Terra as forças produtivas se encontram sob o controle de formações sociais que rejeitam o comércio, ou não podem oferecer ao capital os meios principais de produção que lhe interessam, porque suas formas de propriedade e o conjunto de suas estruturas sociais excluem de antemão tal possibilidade. Isso acontece sobretudo com o solo e com a riqueza que este contém em minerais, externamente com os pastos, bosques e reservatórios de água, ou com os rebanhos dos povos

de dominação é, aliás, uma das características do imperialismo⁴⁰, que ainda hoje vivemos.

Se promover o desenvolvimento numa sociedade é garantir a acessibilidade dos seus membros aos bens e serviços que a civilização actual, o actual nível científico e tecnológico permitem, tal deve ser conseguido de forma duradoira através da dinâmica dessa própria sociedade. Essa é a lição positiva que os países desenvolvidos transmitiram a toda a humanidade. Essa é a consequência lógica se pretendemos reduzir e tendencialmente acabar com uma lógica jurídico-institucional de intervenção dos desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos, perpetuando formas de dominação seculares. *O «desenvolvimento-resultado» nas sociedades subdesenvolvidas tem de ser encontrado na estrutura e funcionamento das próprias sociedades subdesenvolvidas e não através de uma comparação entre países*⁴¹.

Estamos totalmente de acordo com FIGUEIREDO & COSTA (1982) quando afirmam que

Uma concepção não enviesada do subdesenvolvimento deve integrar o reconhecimento das condições que tornem possível aos agentes sociais dos países «subdesenvolvidos» a avaliação da sua própria realidade. (29)

19. Resultado medido em cada país

Porque as vertentes da sociedade directamente relacionadas com a produção, repartição do rendimento, troca e consumo são de primordial

primitivos que se dedicam ao pastoreio.

Esperar pelos resultados do processo secular de desagregação dessas regiões de economia natural, até que este resultasse na alienação, pelo comércio, dos meios principais de produção, significaria, para o capital, o mesmo que renunciar totalmente às forças de produção desses territórios. Isso explica por que o capitalismo considera de vital importância a apropriação violenta dos principais meios de produção em terras coloniais. (II.32)

Estas análises mantêm toda a actualidade, embora carecendo de actualização e adaptações. 40 Para aprofundar este tema ver Lenine (1960). A este propósito é também oportuno consultar N'KRUMAH (1967).

41 Para eliminar desde já eventuais críticas fáceis é importante salientar que estas considerações não significam, nem têm qualquer relação, a defesa do isolamento de um país ou conjunto de países do resto do mundo. Tal é impossível e sem interesse há mais de um século e ainda seria mais absurdo na actual fase de mundialização – note-se, estamos a falar de mundialização em geral e não de globalização. As sociedades regionais fazem parte de sociedades mais amplas, tendencialmente mundiais, e entre elas há uma relação dialéctica que tanto engloba dinâmicas de harmonização, complementaridade e evolução mútua como dinâmicas de conflito, obstaculização e ruptura. O que dizemos é que nesta relação há que garantir à escala regional transformações e dinâmicas que impeçam que a inserção em espaços mais vastos sejam contra o crescimento mútuo. Acrescente-se que aqui estamos apenas a tratar da quantificação do “desenvolvimento-resultado”.

importância para se quantificar o «desenvolvimento-resultado», concentremos a nossa atenção na actividade económica.

Quando consideramos o conjunto dos processos de produção, troca e utilização dos bens materiais e serviços verificamos que tal constitui

– um entrelaçamento de relações entre diversos “agentes” económicos (por exemplo, há produtores porque há consumidores e reciprocamente, há empresas porque há capital e trabalho, há quem troque porque há quem se aproprie de rendimento, etc.)

– um entrelaçamento de relações entre empresas (por exemplo, para que uma empresa crie determinados bens tem de adquirir a outras empresas matérias-primas, energia, assistência técnica; visto de outro prisma as empresas ao venderem fazem-nos para outras empresas, para os consumidores finais, para o estrangeiro).

O tipo de entrelaçamento, a importância relativa de cada comprador ou vendedor depende do tipo de bem (por exemplo, uma máquina que serve para produzir outra máquina será transaccionada entre empresas, enquanto o pão será maioritariamente transaccionado entre as empresas e as famílias, os consumidores finais), depende da estrutura dessa economia (que bens se produzem? qual a importância relativa de cada bem nas exportações e nas importações, há compradores para que bens? há capacidade de transformar os bens e vendê-los às famílias e ao estrangeiro com maior incorporação de valor? há trabalhadores e empresários com conhecimentos para certas funções? etc.), depende – o que está interligado ao aspecto anterior – da maior ou menor dependência do exterior e dos constrangimentos internacionais a que esteja sujeito, depende de todos os aspectos do funcionamento da sociedade, com particular dependência da política económica nacional e internacional.

Quanto maior for o entrelaçamento entre os diversos ramos⁴² de actividade, maior é a possibilidade de geral rendimento. Uma variação na produção de um ramo reproduz-se em cadeia sobre todos os outros ramos com os quais mantém relações de compra e venda. Uma variação na procura de um determinado bem tem esses efeitos em cadeia se a oferta pretender responder a essa solicitação. Se designarmos por matriz inter-industrial a quantificação dessas relações entre ramos, podemos dizer quanto mais relações existirem entre ramos de actividade e quanto mais

42 Um ramo de actividade é o conjunto de unidades produtivas que têm como produção dominante um determinado bem.

importantes forem essas relações de compra e venda, maior é a densidade da matriz interindustrial, Quanto maior for a densidade da matriz interindustrial maiores são os impactos de qualquer alteração pontual sobre o conjunto da economia, maior é a quantidade de valor criada por essa economia, maiores são os efeitos multiplicadores⁴³.

Há rupturas nesta “harmonia” quando estamos perante uma economia excessivamente dependente do exterior, isto é, em que quase tudo o que retira dos sectores agrário, da pesca ou extractivo se dirige à exportação e em que quase tudo o que é consumido pela actividade produtiva ou pelos consumidores finais tem de ser importado.

Há rupturas nesta “harmonia” quando há desarticulação entre os processos produtivos dos diversos ramos de actividade, das diversas empresas que estão, ou poderiam estar interligados entre si. Também o há quando as actividades económicas não se articulam adequadamente com os restantes aspectos da sociedade (educação, cultura, estruturas políticas, etc.)

Quando existem, lado a lado na mesma sociedade, conjuntos de empresas e outras instituições com estruturas e dinâmicas totalmente diferentes (exemplos: sectores de empresas tecnologicamente evoluídas viradas para o mercado externo e microempresas viradas para estratégias de sobrevivência local; actividades económicas carecendo de conhecimentos de ponta, investigação e educação e sistema de ensino incapazes de formar esses quadros; vastos conjuntos de cidadãos com formação, coragem empreendedora e iniciativa para o lançamento de novos ramos de negócios e aparelhos burocrático-políticos que dificultam espontânea ou deliberadamente a concretização de qualquer iniciativa; etc.) é muito maior a probabilidade de haver rupturas na referida harmonia possível. A própria vontade de assumir o destino nas suas próprias mãos por parte dos povos e suas estruturas políticas e os constrangimentos externos impostos pelos “doadores” abre fortes rupturas⁴⁴.

43 A precisão destes aspectos aconselham a utilização de simbologia matemática e mesmo a utilização de modelos matemáticos. Atendendo à diversidade de formações de quem nos possa ler tentamos ao máximo evitar essa formalização, mas tivemos de utilizar alguns esquícios em *working paper* recente, aconselhando a sua leitura a quem estiver interessado: PIMENTA (2007).

44 A “guerra do caju” é um caso paradigmático de como a desarticulação é forjada e de como a “cooperação” pode ser altamente lesiva do desenvolvimento-resultado. Ver sobre o assunto REIS (2007).

Acrescente-se a completar estes comentários que a articulação entre actividades económicas e entre componentes da sociedade tende a gerar espontaneamente novas articulações, enquanto as desarticulações podem tender espontaneamente para a sua perpetuação ou o seu agravamento.

20. Segmentação desarticulada

A tentativa de FURTADO (1964) e de outros autores estruturalistas de distinguir sociedade “atrasada” de sociedade “subdesenvolvida” continua a fazer todo o sentido:

O que conceituamos como subdesenvolvimento é, entretanto, menos a existência de uma economia fundamentalmente agrária – teríamos neste caso tão-somente uma economia atrasada – do que a ocorrência de um dualismo estrutural. Este tem origem quando numa economia a atrasada determinadas condições históricas propiciam a introdução de uma cunha de economia tipicamente capitalista, criando-se um desequilíbrio ao nível dos fatores – na linguagem dos economistas – com reflexos em toda a estrutura social. As condições criadas pelo dualismo estrutural dificilmente podem explicar-se em termos de um modelo de equilíbrio estável. O esquema dinâmico de causalção cumulativa, elaborado por Myrdal, é de muito maior eficácia explicativa neste caso. Dada a existência de duas formas de remuneração do trabalho, de duas tecnologias de níveis extremamente diversos, de duas concepções de organização da produção, a economia dual é intrinsecamente instável. (84)

Embora o autor se refira a uma forma típica de desarticulação, muito inspirada na situação de então da América Latina, a sua forma de colocar o problema mantém actualidade e a sua análise pode ser vantajosamente generalizada. É na “economia dual” que está o cerne do subdesenvolvimento, das dificuldades de desenvolvimento e na tendência espontânea de reprodução do subdesenvolvimento.

Generalizando, podemos falar em *segmentação desarticulada*⁴⁵ da sociedade. Esta tem como ponto nevrálgico a segmentação desarticulada da economia.

Como podemos constatar essa segmentação desarticulada? O que dissemos anteriormente permite-nos constatar de imediato que há diversas formas de o fazer, assim como o há de se manifestar. Contudo

45 Habitualmente falávamos de “dualismo desarticulado”. Contudo a existência das “teorias dualistas” relacionadas com as problemáticas do desenvolvimento levou-nos a procurar outra terminologia para evitar equívocos. Em conjugação com a tentativa de ampliar o conceito à sociedade, passamos a adoptar a designação aqui referida.

É possível apresentar as actividades económicas de uma região durante um determinado período como um conjunto de fluxos. Todo o fluxo criado tem uma utilização. Todo o fluxo utilizado foi criado. Na criação e utilização estão agentes económicos. Por isso podemos registar toda a actividade económica na forma de um quadro de dupla entrada. Em linha registam-se as criações e em coluna registam-se as utilizações.

Podemos de uma forma simplificada dizer que as criações dão lugar a vendas e as utilizações processam-se através das compras. Se designarmos as criações por *outputs* e as utilizações por *inputs*, podemos representar o conjunto das actividades económicas numa matriz de *input-output* do tipo:

Output Input	1	2	...	m	Total Output
1	t_{11}	t_{12}	...	t_{1m}	$\sum_{k=1}^m t_{1k}$
2	t_{21}	t_{22}	...	t_{2m}	$\sum_{k=1}^m t_{2k}$
...
n	t_{n1}	t_{n2}	...	t_{nm}	$\sum_{k=1}^m t_{nk}$
Total Input	$\sum_{j=1}^n t_{j1}$	$\sum_{j=1}^n t_{j2}$...	$\sum_{j=1}^n t_{jm}$	$\sum_{k=1}^m \sum_{j=1}^n t_{jk} = \sum_{j=1}^n \sum_{k=1}^m t_{jk}$

Que esses inputs e outputs sejam de economia oficial, representada na contabilidade nacional, ou de “economia sombra” pouco nos importa agora.

Essa matriz de input-output pode ser decomposta em quatro matrizes¹ :

$[X_{ij}] = X$	$[Y_{ij}] = Y$
$[F_{ij}] = F$	$[H_{ij}] = H$

A matriz X é a matriz das relações intersectoriais. “apresenta em linha os fornecimentos que cada sector (i) faz aos diferentes sectores utilizadores referenciados por (j) e, em coluna, traduz a situação «recíproca» – mostra para um dado sector (j), quais os fornecimentos que lhe são destinados por cada sector (i)” (197).

A matriz F apresenta “a distribuição dos inputs primários” (197), tais como valor acrescentado bruto (desdobrável nos rendimentos das famílias, Estado e empresas) e importações.

A matriz Y “apresenta-nos a estrutura da procura final por tipos de produtos (fornecimentos) em linha e por utilizações, em coluna” (197) As exportações estão consideradas nesta matriz.

Finalmente a matriz H encerra “uma grande diversidade de rubricas que vão desde as da redistribuição do rendimento à poupança e despoupança e às importações que se destinam ao consumo final” (198).

Para os nossos propósitos interessa-nos essencialmente a matriz X, a matriz das relações intersectoriais, também designada de interindustrial.

¹ Ver REIGADO, 1983.

Trata-se de uma matriz quadrada, isto é, com o mesmo número de linhas e colunas. Outra coisa não poderia acontecer porque se desagrega as actividades produtoras de bens (bens materiais e serviços) num determinado número de sectores (ou ramos) de actividade e pode ver-se

- quanto é que cada sector vende (outputs)
- a que outros sectores vende
- quanto é que cada sector compra (inputs)
- a que outros sectores compra.

		Ramos compradores					
		1	2	...	j	...	n
Ramos vendedores	1	X ₁₁	X ₁₂	...	X _{1j}	...	X _{1n}
	2	X ₂₁	X ₂₂	...	X _{2j}	...	X _{2n}

	i	X _{i1}	X _{i2}	...	X _{ij}	...	X _{in}

	n	X _{n1}	X _{n2}	...	X _{nj}	...	X _{nn}

Nesta matriz consideremos X_{ij}. Tanto posso dizer que é a quantidade de bem que o ramo i vendeu ao ramo j como podemos dizer que é a quantidade de bem que o ramo j compra ao ramo i. A venda de uns é a compra de outros.

Construamos agora um indicador de dependência de um ramo em relação a outro. Para que um ramo j produza X_j está dependente do fornecimento de outros sectores, genericamente do sector i. Para produzir-se X_j é necessário que o ramo j compre ao ramo i a quantidade X_{ij}. A essa relação

$$a_{ij} = \frac{X_{ij}}{X_j}$$

chama-se habitualmente coeficiente técnico, porque ela reflecte as técnicas de produção.

Quanto mais forem os a_{ij} diferentes de zero maior é a interdependência entre os diversos ramos de actividade. Uma maior interdependência traduz-se em maiores efeitos multiplicadores. Uma alteração de uma unidade na procura dos bens de um ramo traduz-se em um aumento M (maior do que 1) na produção da totalidade dos ramos de actividade.

Se considerarmos uma economia fechada – o que sabemos ser uma abstracção sem aplicação, devido à mundialização – e considerarmos para além de a_{ij} o coeficiente técnico óptimo

$$\hat{a}_{ij} = \frac{\hat{X}_{ij}}{X_j}$$

que mede a máxima interdependência possível atendendo ao actual desenvolvimento tecnológico, os efeitos em cadeia entre os diversos sectores de actividade são tanto maiores quanto mais os coeficientes técnicos se aproximarem dos coeficientes técnicos óptimos. Comparemos uma sociedade desarticulada com uma articulada:

	$\frac{\text{Número de } a_{ij} = 0}{n^2}$	$\sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n (\hat{a}_{ij} - a_{ij})$
Articulada	A1	A2
Desarticulada	D1	D2
	D1 > A1	D2 > A2

pode ser útil termos um indicador sintético, que reflecta essa situação agarrando alguns dos seus aspectos fundamentais. Consideramos particularmente útil, apesar das dificuldades estatísticas do seu cálculo, a partir de uma matriz intersectorial relativamente desagregada analisar a quantidade de coeficientes técnicos nulos ou abaixo de valores viáveis (“óptimas”) atendendo ao desenvolvimento tecnológico e às relações económicas mais rentáveis. Essa segmentação desarticulada expressa-se, para além doutras vias, por uma baixa densidade da matriz intersectorial. Por outras palavras, menos técnicas, o subdesenvolvimento manifestar-se-ia pela ausência de cadeias produtivas, pela ausência de articulação entre os diversos sectores de actividade num determinado espaço. Países quase sempre, comunidade de países, noutros. Generalizando para a sociedade, essa segmentação desarticulada manifesta-se por uma baixa densidade das relações entre diferentes segmentos e sectores da sociedade indispensáveis à reprodução da sociedade em condições mais vantajosas para a generalidade dos seus cidadãos.

Esta interpretação do subdesenvolvimento, logo do desenvolvimento, exige termos muito cuidado com os sinónimos que lhes atribuímos. Dois exemplos, sendo o segundo sobejamente nosso conhecido. Modernização da economia ou da sociedade pode não significar desenvolvimento e pode até conduzir à sua negação. Cooperação pode não significar desenvolvimento e pode até conduzir à sua negação. Numa situação e noutra basta que não altere a “densidade” da matriz intersectorial ou até a diminua. E não seria de estranhar que tal acontecesse porque é, provavelmente a situação mais habitual quando essa modernização ou essa cooperação é determinada essencialmente pelos interesses – e quando há verdadeiro altruísmo e vontade de ajudar os mais desfavorecidos frequentemente acontece o mesmo – das sociedades do centro, as líderes da globalização.

Só há desenvolvimento quando há mudanças estruturais conducentes ao adensamento da matriz intersectorial, à redução da segmentação desarticulada.

21. Outra política de desenvolvimento

Estas considerações desconectam totalmente o «desenvolvimento-processo» do «desenvolvimento-resultado» e simultaneamente abrem pistas

para uma política económica de desenvolvimento. Esta passa por redução da segmentação, pela criação e ampliação das cadeias de produção, pela harmonização e sincronização dos diversos sectores sociais.

Passa por uma capacidade de decisão dos países subdesenvolvidos. Passa simultaneamente por uma ruptura com as regras institucionalizadas para a cooperação internacional. Algo “fácil” de dizer e generalizadamente reconhecido e afirmado em África:

O continente africano já experimentou tipos e concepções de reformas os mais diversos, que tiveram implementação, praticamente desde a sua existência, enquanto constelação de estados independentes, sem ter visto, até agora, resultados significativos que o pudessem retirar da cauda, do continente mais atrasado do planeta.

Certamente não será por fatalidade que nos encontramos onde estamos; também não será por obra de um poder sobrenatural que, erguendo sobre nós a sua espada de maldição, somos ou continuamos a ser sempre os piores, quando se trata de medir o progresso das nações.

Os estados africanos, ao longo dessas quatro últimas décadas, fizeram aquilo que, de fora, lhes foi dito para fazerem, como se não tivessem olhos para ver ou cabeça para pensar.

(...)

É preciso, pois, romper com o paradigma de receptor acrítico de tudo aquilo que vem de outros centros de saber e de decisão, e construir o nosso próprio modelo, pensando por nós, sentindo por nós e desenvolvido por nós.

O renascimento africano é, antes de mais, uma manifestação do nosso querer e uma afirmação soberana de quem somos, do que queremos ser e para onde pretendemos ir.

Caso contrário, os outros continuarão a pensar e a decidir por nós! (REIS, 2007:31)

Esta política não significa que alguns aspectos do que é actualmente a “cooperação” não deva continuar a existir (ex. transferência pública de recursos financeiros, redes de investigação científica), mas, simultaneamente, muitas outras teriam que terminar imediatamente. A sua institucionalização teria de ser radicalmente diferente.

22. Cooperação contra o desenvolvimento

MILANDO já nos tinha chamado a atenção para a possibilidade de haver cooperação sem desenvolvimento. Esta ligação do desenvolvimento económico à densidade da matriz interindustrial, esta correlação entre desenvolvimento e articulação dos diversos sectores da economia chama a atenção para a possibilidade de se ter cooperação contra o desenvolvi-

mento. Basta para tanto que a cooperação enfraqueça as relações entre sectores industriais, que leve à destruição de interdependência entre sectores de actividades – e a substituição de produção por importações ou a preferência por exportações com baixo valor acrescentado são situações frequentes associadas à cooperação! –, que conduza a um maior afastamento em relação aos coeficientes de correlação óptimos.

Só uma análise quantificada de todas as intervenções verificadas poderíamos concluir qual a percentagem de acções de cooperação que conduzem ao desenvolvimento, qual a importância relativa da cooperação neutra em relação ao desenvolvimento e, finalmente, a cooperação mais perniciosa, a que conduz a um subdesenvolvimento. Não temos esses dados, mas se a comparação entre a dimensão da “indústria da cooperação” e o «desenvolvimento-resultado» aponta para uma ineficácia atroz da cooperação⁴⁶, muitos são os exemplos que nos mostram efeitos negativos. Muitos dos “ajustamentos estruturais” e muitas outras alterações nas economias africanas mostram como a cooperação gera subdesenvolvimento⁴⁷.

Esperamos ter mostrado que o conceito de “cooperação para o subdesenvolvimento” é uma constatação inevitável a partir da revisão do conceito de «desenvolvimento-resultado» que temos vindo a fazer.

23. Repensar conceitos

As adjectivações do conceito de desenvolvimento que referimos a propósito do «desenvolvimento-processo» assumem agora novos significados.

O desenvolvimento é integrado porque é desenvolvimento. Sem essa integração não seria desenvolvimento. A falta de integração está muito frequentemente associada à desarticulação, à segmentação desarticulada. Integração entre sectores de actividade, integração entre “cooperação” e práticas económicas e políticas endógenas, integração das vertentes económicas, sociais, políticas, culturais e outras. A parte exige a consideração do todo e este é a articulação das partes.

46 Os mesmos que são eficazes na concorrência, na competitividade, nas regras de jogo cada vez mais exigentes da mundialização revelam-se ineficazes na “ajuda” aos outros. Se fosse um caso isolado poderíamos admitir “dupla personalidade”. Como não o é temos que admitir, um total hiato entre as afirmações ideológicas e as práticas políticas e económicas. Também é isto o neocolonialismo.

47 A este propósito aconselhamos a ler o *working paper* “A guerra do caju” de Carmo Reis, porque se refere a um caso paradigmático de cooperação *para* o subdesenvolvimento.

O desenvolvimento é humano na medida em que garanta o bem-estar das pessoas de uma forma continuada, que o bem-estar de umas não ponha em causa o bem-estar das outras. Esse bem-estar, por sua vez, para ser desenvolvimento tem de estar associado à interdependência dos sectores de actividade, à combinação dos direitos dos cidadãos com a produção dos serviços, a uma repartição do rendimento que não fira os direitos⁴⁸.

A adjectivação do desenvolvimento de social parece irrelevante se associado à “liberdade de escolha”. Esta é frequentemente entendida como uma abertura total ao mercado mundial, o que pode significar um enfraquecimento da matriz interindustrial. Que essa liberdade de escolha seja assumida como um objectivo a atingir pode fazer sentido mas não pode ser orientadora das políticas económicas e sociais em fases de ruptura com o subdesenvolvimento.

O desenvolvimento pode ser participativo, mas este reforço da cidadania só surge directamente relacionado com o de desenvolvimento quando

48 O “desenvolvimento humano”, por muito entusiasmante que seja este conceito, está muitas vezes associado à cooperação para o subdesenvolvimento. Está muitas vezes associado ao “trabalhar para as estatísticas”. Porque esta é uma questão importante e que choca com os lugares comuns sobre o assunto, levantarei aqui dois exemplos. Primeiro exemplo, de desarticulação interindustrial. É preciso aumentar o ensino básico obrigatório, porque há os objectivos do milénio. Financia-se e fazem-se escolas. Financia-se e formam-se alguns professores. Entretanto as escolas estão mal equipadas, os livros são criados com a colaboração do financiador, a edição é feita no estrangeiro. Trabalhou-se no ensino básico porque essa é a prioridade mas não se garante a continuidade no sistema educativo, não se garante um ensino universitário que seja capaz de reequacionar todas estas questões e produzir formadores de formadores, redactores de livros, professores de qualidade dos diversos graus de ensino. Financiou-se o ensino básico, cooperou-se e agravou-se a articulação interindustrial, cooptou-se e melhorou-se temporariamente alguns aspectos – o que em si é positivo – mas gerou-se subdesenvolvimento. Segundo exemplo, de desarticulação de práticas sociais. A educação num país africano tem pela frente desafios muito mais ciclónicos que num país europeu. O ensino básico não tem apenas o objectivo de ensinar a ler, contar e escrever. Expliquemos. NYAMBAL (2006: 46 e seg.) começa por apresentar sete dificuldades ao desenvolvimento: (1) uma incapacidade para se projectar enquanto entidade cultural distinta das outras civilizações; (2) um espírito de dependência incompatível com o desenvolvimento; (3) a cultura política e social está pouco orientada para a criação de riqueza; (4) o etnocentrismo contra o contrato social; (5) uma cultura pouco orientada para a valorização do saber e da inovação; (6) a recusa de dominar o espaço e o tempo; (7) a onnipresença da superstição e do fatalismo. Admitamos que tem razão. Por isso também o tem quando, por dedução lógica, conclui como uma forma de acção, que é preciso tornar o ensino básico obrigatório e promover reformas visando, para além da transmissão dos conhecimentos de base, difundir os valores do patriotismo, da inovação, da integridade, da pontualidade, o gosto pela aprendizagem, o espírito de questionamento, o culto do trabalho e da poupança, a cooperação, a preferência pela racionalidade científica em detrimento da superstição, o sentido da responsabilidade perante a colectividade. Será que este grande desafio que se coloca ao ensino básico não exige um ensino qualitativamente superior ao que é pensado e montado pela cooperação? Por isso temos afirmado insistentemente que a sua aplicação dos princípios orientadores da educação “às zonas periféricas exige maior rigor e mais intensa valorização dos princípios, porque só assim as periferias serão capazes de se impor na cena político-educativa mundial.” (CORREIA, 2007: 4).

a participação está associada ao adensamento da matriz interindustrial. Em muitas outras situações a participação não está directamente relacionada com o desenvolvimento, embora possa influenciá-lo no longo prazo ao reforçar valores que são fundamentais para a iniciativa empresarial⁴⁹.

Todo o desenvolvimento é desenvolvimento local porque a acessibilidade aos bens é componente indispensável do bem-estar. As formas de acessibilidade têm-se alterado profundamente e com elas o próprio conceito e as práticas políticas têm de ser reanalisadas, mas continuam a ter significado. O desenvolvimento como articulação dá sentido mais rigoroso a esta acessibilidade espacial: exige articulação entre a produção ou importação, por um lado, e o armazenamento, conservação, transporte, e comércio, por outro, sendo estes sectores que garantem a efectiva acessibilidade.

Também o conceito de desenvolvimento sustentável exige alguns ajustamentos. Em primeiro lugar, as propostas de decrescimento (que só faz sentido em relação aos países desenvolvidos) nada têm a ver com a resolução do subdesenvolvimento. Teriam enquanto se medisse o subdesenvolvimento como um atraso no acesso ao desenvolvimento (a diferença entre desenvolvidos e subdesenvolvidos tanto pode diminuir por decrescimento dos primeiros como por crescimento dos segundos), mas enquanto articulação e adensamento da malha económica é irrelevante. Em segundo lugar continua a fazer todo o sentido enquanto nova concepção do económico e da articulação com a natureza, enquanto solidariedade intergeracional e enquanto articulação entre o económico e o ecológico. Essa articulação é sempre entre actividades económicas e ambiente⁵⁰. Uma articulação que quando possível reforçará o combate à desarticulação e ao subdesenvolvimento.

24. Conclusão

Uma economia subdesenvolvida (“em vias de desenvolvimento” na terminologia oficial) não é uma economia atrasada. Ela pode ser modernizada

⁴⁹ Veja-se a nota anterior.

⁵⁰ Se os “prejuízos ambientais” e a “acessibilidade aos bens essenciais pelas populações” estiverem em conflito numa economia subdesenvolvida a quem dar o primado no desvio ou resolução da contradição? Será que a visão planetária da problemática ambiental pode funcionar como uma nova forma de impedir o desenvolvimento? Será que os acordos de Kyoto e similares não irão provocar uma deslocalização produtiva dos desenvolvidos para os subdesenvolvidos que perpetuarão a desarticulação? Estas são algumas questões para que não temos resposta. Estas são interrogações que nos preocupam quando confrontados com um frequente “fundamentalismo ecológico”.

e continuar subdesenvolvida. O elemento caracterizador desse subdesenvolvimento é a segmentação desarticulada. Uma sociedade subdesenvolvida é a expressão dessa desarticulação, assumindo importância crucial os fenómenos económicos.

A desarticulação analisa-se através da observação da própria economia e sociedade desarticulada. A mundialização é um processo descontinuamente em expansão e todas as economias estão mais ou menos abertas às outras economias, mas a desarticulação é intrínseca, é um resultado historicamente produzido e reproduzido numa sociedade concreta. As comparações entre países podem ser úteis, mas não detectam nem medem o subdesenvolvimento.

Essa desarticulação manifesta-se de forma essencial na baixa densidade da matriz interindustrial. Aí se encontra o facto de frequentemente o subdesenvolvimento gerar subdesenvolvimento (a desarticulação agrava-se assim com a articulação intensifica-se), de “os impactos” de desenvolvimento desencadeados por processos internos ou externos não se auto-sustentarem, de o «desenvolvimento-processo» ser ineficaz ou até contraproducente.

Recolocada a explicação do subdesenvolvimento no interior deste, abrem-se perspectivas diferentes para entender as políticas de desenvolvimento, para reestruturar, na medida das possibilidades abertas pela luta política, a cooperação para o desenvolvimento.

«DESENVOLVIMENTO-UTOPIA»

25. Tentativa de delimitação

O autor que estamos a seguir nesta tipificação do desenvolvimento afasta deliberadamente o «desenvolvimento-utopia» do seu estudo. Fâ-lo por “não passar ainda de uma meta e, portanto, estar destituído de fundamento empírico que o torne possível de observação e análise em concreto” (38). Fâ-lo por ele “ser uma realidade inquestionável” (38). Fâ-lo ainda porque lhe interessa “falar daquele tipo de «desenvolvimento» que está, realmente, a acontecer e não daquele que se pensa que está a acontecer” (38). Deixa-nos sem fio condutor e baralha-nos: parece admitir que este «desenvolvimento-utopia» possa constituir uma meta; considera-o uma

realidade inquestionável quão “céu prometido” da “utopia cristã”; designa por utopia o que é ideologia.

O que dissemos em relação às outras duas facetas do “desenvolvimento” é fácil concluir que há um permanente jogo de sombras, de descoberta e ocultação: o «desenvolvimento-processo» manifesta-se enquanto ajuda para encobrir o etnocentrismo e as intenções neocoloniais; o «desenvolvimento-resultado» nos países africanos revela-se em conferências, notícias e declarações oficiais que escamoteiam, deliberadamente ou por enviesamento conceptual, as dinâmicas sociais dos seus países; o «desenvolvimento-resultado» é anunciado nos países subdesenvolvidos quando eles são eventualmente maiores nos altamente desenvolvidos, via “indústria da cooperação”; “subdesenvolvimento”, “em vias de desenvolvimento”, “humano”, “sustentado”, “integrado”, “crescimento”, “pobreza”, “cooperação”, “democracia”, “humanitário”, “parceria” e outras palavras surgem, descontextualizadas ou adulteradas, em roleta russa atingido os cérebros desprevenidos.

O que pretendemos explicitar com estas considerações é que o «desenvolvimento-utopia» não é uma meta a atingir, colocada no seu pedestal, mas instrumento ideológico de viabilização do «desenvolvimento-processo», o único que verdadeiramente interessa aos países dominantes, e dominadores, da globalização. O «desenvolvimento-processo» deixaria de ter o terreno desimpedido para a sua construção se os grandes objectivos internacionais deixassem publicamente de ser “combater a pobreza” e passassem a ser “o controlo dos países que só existem para serem colonizados”. As grandes campanhas internacionais perderiam impacto se as pessoas estivessem convictas que “a ajuda internacional é ... tirar aos pobres dos países ricos... para dar aos ricos dos países pobres”⁵¹.

26. Um conceito sombra

O «desenvolvimento-utopia» é “desenvolvimento-ideologia” para as “elites” dos países desenvolvidos e das organizações internacionais, para algumas “elites” dos países subdesenvolvidos. É «desenvolvimento-utopia» para muitos bem-intencionados que (por ignorância, por interpretação optimista dos factos ou por simples fê) procuram abnegadamente intervir nos países

⁵¹Retirado de uma anedota do Jornal Savana em Moçambique, reproduzido em PIMENTA (1996:107)

subdesenvolvidos. Não é nada para muitos – os principais interessados no dito “desenvolvimento” – que esgotam os seus objectivos, os seus anseios, a sua maneira de ser e estar, na capacidade de sobreviver até amanhã⁵².

Não há certeza de nada,

*sei apenas que hoje acordei
e aqui estou, aqui neste preciso momento.*

O dia de amanhã

Encontrar-me-á ainda na minha trincheira?

Probabilidade demasiado aleatória!

*Imensas e impiedosas são as crateras cavadas pelo furacão
na sua furibunda passagem,*

arrastando consigo tudo, tudo e todos.

O que sobreviverá à hecatombe?

– Eis a questão!

(FERNANDES, 1995)

O «desenvolvimento-utopia» é nada, embuste ou sonho, conforme as experiências de vida, as crenças e as consciências possíveis dos diversos intervenientes. É instrumento poderoso de reprodução da “cooperação para o desenvolvimento”, como é actualmente entendido”, e de cumplicidade pela opinião pública⁵³.

27. Desmontar este conceito

Provavelmente é ao nível do «desenvolvimento-utopia» que é mais importante a acção dos académicos que têm uma leitura heterodoxa do “desenvolvimento” e que se situam nos países desenvolvidos. Recolocando a caracterização do subdesenvolvimento na estrutura da sociedade dos

52 A este propósito, para completar o que se afirma, recorde-se o que nos relembra FRANÇOIS ([sd.]:8): A antropologia convida-nos, sobretudo depois dos trabalhos de Karl Polany, Gorge Dalton, Claude Lévi-Strauss e de Maurice Godelier, a ter em conta que «em numerosas sociedades a economia não se apresenta como um sistema (separado), operando segundo uma lógica própria, independente de outros registos do social». É preciso «relativizar o dado económico que se apresenta, cada vez mais, como um em-si apodíctico cuja violência, real ou ideal, tende a submergir-nos. A postura antropológica deve permitir-nos evitar a naturalização do económico. Nula imanência no que os homens elaboram em sociedade, insistindo nos factos como escolhas culturais»

53 Seria extremamente interessante fazer a análise psicológica, sociológica, antropológica de como as pessoas sentem e pensam o “desenvolvimento”, que se saísse da “bola de cristal” do conceito etnocêntrico de desenvolvimento. As poucas obras que conhecemos de desmontagem do conceito de desenvolvimento, de que provavelmente a mais importante é a de RIST (1996), não vão por esse caminho. Se existem trabalhos com este enfoque agradecia que o leitor tenha a amabilidade de nos informar ou o esforço de completar esta análise com artigo seu em futura revista.

próprios países, ou conjunto de países; enfatizando a decomposição do conceito de “desenvolvimento” em subconceitos, como faz MILANDO; demonstrando as rupturas – essenciais e estruturais – entre “processo” e “resultado”; desmontando a terminologia diplomática e revelando a nudez crua do agravamento da situação em África; impedindo que se encare o que é feito como a única actuação viável no quadro de uma globalização que é etiquetada de inevitável; mostrando a grande diversidade de caminhos alternativos existentes⁵⁴; promovendo uma pedagogia esclarecedora e construtiva junto dos quadros envolvidos nestes processos e dos cidadãos em geral estamos a desmontar o conceito ortodoxo, institucionalmente estabelecido, de «desenvolvimento-utopia».

28. Que fazer?

Como diz RIST (1996:405), expressando uma vontade sentida por muitos, “não se pode ficar de braços cruzados perante a miséria do mundo” e somos sistematicamente tentados a formular a pergunta “que fazer?” e a dar uma resposta. Poderemos mesmo dizer que no ponto anterior já começamos a entrar nesse percurso.

Assim sendo há que reter duas precauções, uma genérica relativa ao pragmatismo, outra específica dos assuntos que estamos a tratar.

A) O muito que há a modificar não exige um pragmatismo? Não se espera do economista, mesmo sendo heterodoxo, que tenha engenho e arte para encontrar soluções? Não vale a acção mais que mil palavras?

Poderíamos simplesmente responder que de acções bem intencionadas, sem a bússola do estudo científico do que não queremos e o sonho do que pretendemos, está o inferno cheio.

Poderíamos apenas dizer que para o economista heterodoxo não basta começar a história com “era uma vez” ou “vamos supor que...”, como muitas anedotas sobre os economistas, que ouvimos em África. Não basta porque o critério da verdade é a adequação à realidade – e não a coerência interna ou a aceitação pela comunidade científica – e a Economia não é apenas a

⁵⁴ Anteriormente referimos as diversas adjectivações usuais do “desenvolvimento”, recolocando-as no seu espaço próprio do “desenvolvimento-processo” ou reinterpretando-as a propósito da revisão do “desenvolvimento-resultado”. Recordamo-las aqui enquanto instrumentos de desmontagem do “desenvolvimento-utopia”, reconhecendo que as teses do decrescimento podem ser particularmente corrosivas.

ciência dos meios escassos, mas também a ciência dos objectivos que se atingem. Objectivos inseparáveis da política e da ética.

Poderíamos laconicamente recordar a pujança de muitas filosofias do não desde a Grécia clássica até períodos muito recentes.

Preferimos começar por recordar uma posição de Figueiredo & Costa (1982)

A aquisição de cidadania teórica não significa que se assista à constituição de paradigmas alternativos, mas tão só à definição de contornos de um referencial teórico capaz de manter com a análise concreta de situações concretas a dialéctica necessária entre objecto teórico e objecto real, tarefa que o primado da vulgata interrompeu (49)

ou, reconhecendo cientificamente os sentimentos como partes integrantes da razão e o papel da “rêverie” no racionalismo, aceitar a leitura do físico que literariamente se designava por Gedeão

Eles não sabem que o sonho
é uma constante da vida
tão concreta e definida
como outra coisa qualquer,
(1983:20/1)

O pragmatismo gera alçapões integradores no sistema. Num contexto imutável da estrutura, o “não” transforma-se frequentemente em “o mal o menos” – o que tomado à letra não deixa de ser interessante –, em “talvez” ou em “a cavalo dado não se olha ao dente”. É necessário intervir quando necessário, corporizar a estratégia em cada momento, mas tendo em atenção que na Economia e na Política Económica o pragmatismo é frequentemente uma das facetas da ortodoxia.

Atendendo a todos estes aspectos e porque esta comunicação pretende ser predominantemente científica, ficamo-nos pelo “não”.

Enquanto cientistas e académicos, postura em que aqui nos colocamos, consideramos que a nossa função é científica, crítica e pedagógica, como anteriormente referimos. Não temos uma estratégia para a construção de uma alternativa relação entre os homens, das relações de vizinhança às relações internacionais, nem temos uma data para “vender na feira da ladra” as explorações e as desigualdades e substituí-las por uma sociedade diferente, emergindo quão iceberg da utopia. Quando muito possuímos a capacidade de dizer não, sabemos, dizemos e ensinamos por-

que dizemos não, conhecimento objectivo, conhecemos algumas táticas e atalhos, mas ainda não temos o mapa do percurso. Não podemos confiar que descobrimos o caminho, caminhando. Ele é labiríntico.⁵⁵

B) Podemos alterar alguns aspectos das práticas políticas do desenvolvimento e devemos fazê-lo. Contudo uma alteração radical da “cooperação” e do “desenvolvimento” passa inevitavelmente pelo fim da globalização, pela alteração significativa da correlação de forças à escala mundial.

Entre o individualismo de Zaratrusta (Nietzsche) e o colectivismo do operário (Marx) continuamos a considerar que este está mais próximo da realidade. A transformação da “cooperação para o desenvolvimento” tem de ser o resultado de uma acção colectiva, económica, social e política.

Enquanto académico, parte do cidadão, só poderemos contribuir para uma prática científica que auxilie, ou suporte, a prática política.

Também não serão os académicos que têm de dar lições seja a quem for.

“Deixem os africanos apropriarem-se do seu futuro”. É este o apelo de Mahamet Annadif⁵⁶. É um apelo legítimo, realista e operacional. Lutemos por isso.

55 Neste ponto seguimos de perto o que apresentamos em Setembro de 2007 numa conferência em Maputo.

56 Entrevista concedido a Pedro Vieira e publicado em *A Visão* de 20 Setembro de 2007. Segundo a informação dessa publicação Mahamet Annadif é o chefe da Missão permanente da União Africana na União Europeia.

Bibliografia

[av]. 1997. *L'Avenir du Développement*. Paris: Harmattan. Original edition, 1997.

———. 2002. *África Subsariana: Globalização e Contextos Locais*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

———. 2003. *Atlas da Globalização Le Monde Diplomatique*. 2 ed. Lisboa: Campo da Comunicação.

[av]. 2006. *Trabalho Forçado Africano - Experiências Coloniais Comparadas*. Edited by C. E. Africanos. Porto: Campo das Letras.

[av]. 2007. *Trabalho Forçado Africano. Articulações com o poder político*. Edited by C. E. Africanos. 1ª Ed ed. 1 vols. Porto: Campo das Letras.

ADJAMAGBO, Agnès, Philippe Antoine, Donatien Beguy, and Fatou Binetou Dial. 2006. Comment les femmes concilient-elles mariage et travail à Dakar et à Lomé ? *Working Papers from DIAL*.

AINA (Ed.), Tade Akin, Chachage Seithy L. CHALANGE (Ed), & Elisabeth ANNAN-YAO (Ed.). 2004. *Globalization and Social Policy in Africa*. Dakar: Codesria.

AJAYI, Ade. 1997. *Histoire Générale de l'Afrique. VI. L'Afrique au XIX Siècle Jusque vers les Années 1880*. Abrégée ed. Vol. 6. Paris: UNESCO.

AMARO, Rogério Roque. 2006. Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação -- da teoria à prática e da prática à teoria. In *Ensaio de Homenagem a António Simões Lopes*. Lisboa: ISEG.

AMIN, Samir. 2000. *Os Desafios da Mundialização*. Lisboa: Dinossau-ro.

———. 2006. Os objectivos para o desenvolvimento do milénio Uma crítica do sul. *Resistir*.

ANDERSON, Sarah, & John CAVANAGH. 2000. *Top 200. The rise of corporate global power*. Washington: Institute for Policy Studies.

ANDOH, Nat Kobina. 1999. The impact of structural adjustment on

regional integration in Sub-Saharan Africa: A case study of the Economic Community of West African States and the Southern African Development Community, Howard University.

ANDREATTA, F., P. G. Ardeni, and A. Pallotti. 2006. Swords and Plowshares: Regional Trade Agreements and Political Conflict in Africa. *Working Papers from Dipartimento Scienze Economiche, Università di Bologna*

ARNDT, Channing, Sam JONES, and Finn TARP. 2006. Aid and Development: The Mozambican Case. *Discussion Papers from University of Copenhagen. Department of Economics (formerly Institute of Economics)* (06-13).

BANDYOPADHYAY, Subhayu, and Howard J. Wall. 2006. The determinants of aid in the post-cold war era.²⁶

BARAN, Paul A. 1977. *A Economia Política do Desenvolvimento*. Translated by S. F. CUNHA. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar.

BASEDAU, Matthias, & Wolfram LACHER. 2006. A Paradox of Plenty? Rent Distribution and Political Stability in Oil States. *GIGA Working Papers*:32.

BERTE, Ibrahima. 2002. Test de convergence du PIB par habitant en Afrique: Evidence par la methode des series temporelles et la methode non parametrique, Universite de Sherbrooke (Canada).

BHAUMIK, Sumon K. 2006. Does the World Bank have any impact on human development of the poorest countries? Some preliminary evidence from Africa. *William Davidson Institute Working Papers Series from William Davidson Institute at the University of Michigan Stephen M. Ross Business School* (787).

BOAHEN, A. Adu. 1998. *Histoire Générale de l'Afrique. VII. L'Afrique sous dominatgion coloniale 1880-1935*. Abrégée ed. Vol. 7. Paris: UNESCO.

BOURGUIGNON, François J., Victoria Levin, & David Rosenblatt. 2006. Global redistribution of income. *Policy Research Working Paper Series from The World Bank* (3961).

CARNEIRO, Emmanuel Moreira. 2004. *Especialização Rendeira e Extroversão na África Subsariana. Caracterização e Consequências*. S. João do Estoril: Princípia.

CHARTIER, Anne-Marie. 1996. *Essai Critique sur le Concept de Développement*. Grenoble: Presse Universitaire de Grenoble. Original edition, 1996.

CLING, Jean-Pierre. 2006. Commerce, croissance, pauvreté et inégalités dans les PED: une revue de littérature. *Working Papers from DIAL* (DT/2006/07).

COCKBURN, Andrew, & Joli COBB. 2003. Escravos do Século XXI. *National Geographic - Portugal* (Setembro 2003).

CONDORCET. 1987. *Quadro dos Progressos do Espírito Humano*. Translated by M. A. GODINHO. Lisboa: Edições Cosmos.

CORREIA, Maria Fernanda, and Carlos PIMENTA. 2007. Ordenamento Estratégico da Educação. *Working Papers / CEAUP* (2):26.

DIAGNE, Marcelin Waly. 2004. The Economic Community of West African States: Is there a case for a common currency? Doutoramento, Fordham University.

DIOUF, Makhtar. 2002. Mondialisme et Régionalisme. Le "nouveau régionalisme" en Afrique.

DREHER, Axel, Peter NUNNENKAMP, and Rainer THIELE. 2006. Does US Aid Buy UN General Assembly Votes? A Disaggregated Analysis. *Working papers from Swiss Institute for Business Cycle Research (KOF), Swiss Federal Institute of Technology Zurich (ETH)*, (06-138).

DREHER, Axel, and Jan-Egbert STURM. 2006. Do IMF and World Bank Influence Voting in the UN General Assembly? *Working papers from Swiss Institute for Business Cycle Research (KOF), Swiss Federal Institute of Technology Zurich (ETH)*, (06-137).

ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA. 2002. *Meeting the Challenges of Unemployment and Poverty in Africa*. Addis Ababa: Economic Commission for Africa.

———. 2003. *Meeting the Challenges of Unemployment and Poverty in Africa*. Addis Ababa: Economic Commission for Africa.

———. 2004. *Meeting the Challenges of Unemployment and Poverty in Africa*. Addis Ababa: Economic Commission for Africa.

———. 2005. *Meeting the Challenges of Unemployment and Poverty in Africa*. Addis Ababa: Economic Commission for Africa.

EDI, Eric. 2005. *Globalization and politics in the Economic Community of West African States*, Temple University.

ELTIS, David, Stephen D. Behrendt, David Richardson, and Helbert S. Klein. 1999. *The Trans-Atlantic Slave Trade*: Cambridge University Press.

ESTEVES, António Joaquim. 2004. Troca de Saberes no campo das ciências sociais. In *Interdisciplinaridade, Humanismo e Universidade*. Porto: Campo das Letras.

ESTULIN, Daniel. 2005. *Clube Bilderberg: Os Senhores do Mundo*. Lisboa: Círculo de Leitores.

FERNANDES, Maria C. 1995. *Poemas*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.

FIGUEIREDO, António. 1991. Economia e Desenvolvimento. *Boletim da Universidade do Porto* (6):22/26.

FIGUEIREDO, António & Carlos S. COSTA. 1986. *Do Subdesenvolvimento. Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações. Tomo I: Conceito. Rupturas*. Porto: Afrontamento.

FORERO-PINEDA, Clemente. 2006. The impact of stronger intellectual property rights on science and technology in developing countries. *Research Policy* 35 (6):808-824.

FRANÇOIS, Alain. [sd]. Le concept de développement : la fin d'un mythe. *L'Information Géographique*, nº 66 (Dez. 2003), pp. 323-336, Lido através de documento disponibilizado na Internet, 13 pág.

FURTADO, Celso. 1964. *Dialéctica do Desenvolvimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. Original edition, 1964.

———. 1965. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. Original edition, 1961.

———. 1982. Transnacionalização e Monetarismo. *Pensamiento Iberoamericano* (1):13/44.

———. 1998. *O Capitalismo Global*. Lisboa: Gradiva.

GAKUNZI, David, & Ad'Obe OBE. 1995. *Rencontres avec Julius K. Nyerere*. Paris: Descartes & Cie.

GIDDENS, Anthony. 2000. *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presenca.

HÉRAULT, Nicolas. 2006. Trade Liberalisation, Poverty and Inequality in South Africa: A CGE-Microsimulation Analysis. *Melbourne Institute Working Paper*.

HIGGOTT, Richard. 2006. International Political Economy (IPE) and the Demand for Political Philosophy in an Era of Globalisation. *CSGR Working Paper* (210/06):58.

HUGON, Philippe. 2006. *L'économie de l'Afrique*. 5 ed. Paris: La Découverte.

IMPERIAL, Jovelina Alfredo António. 2006. A CPLP e a cooperação para o desenvolvimento: em que medida a CPLP pode contribuir para o desenvolvimento dos Estados membros Um exemplo: Angola, ISEG, UTL, Lisboa.

ISMAIL, Ahmed. Challenging regionalism, trade integration and globalization: Development integration theory and the Southern African Development Community, Northern Arizona University.

KATZ, Frederico Jayme. Globalização e Periferia. Passado e Presente. Paper read at *Para Onde Marcham os Periféricos?*, at Recife, Brasil.

KLOCZOWSKI, Jerzy, & [av]. 2005. *Des frontières en Afrique du XIIe au XXe siècle*. Paris: UNESCO.

KOUAM, Reine Djuidje. 2005. L'Union africaine comme réponse africaine au défi de la mondialisation. *Afrique et Développement XXX* (1 & 2):125-151.

LENINE. 1960. "L'Impérialisme, stade suprême du capitalisme", in *Oeuvres (22)*. Translated by R. GARAUDY. Moscovo: Edições Progresso.

LEONTIEF, Wassily. 1988. *A Economia do Insumo-Produto*. Translated by M. D. DAVID. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural.

LUSHABA, L. S. (2006). Development as modernity, modernity as development. *ASC Working Paper*, 2006(69), 53.

LUXEMBURGO, Rosa. 1988. *A Acumulação do Capital (I & II)*. Translated by M. V. LISBOA. São Paulo: Nova Cultural.

MADDISON, Angus. 2003. *The World Economy. Historical Statistics*. Paris: OCDE/OECD.

MARONG, Alhagi. 1998. Economic integration and foreign direct investment in West Africa, McGill University (Canada).

MAYDA, Anna Maria, & Chad STEINBERG. 2006. Do South-South Trade Agreements Increase Trade? Commodity-Level Evidence from COMESA. *Working Papers from Georgetown University, Department of Economics:37*.

MBONGO, Nsame. sd. Naissance de la Philosophie et la Renaissance Africaine (Origines et enjeux de la philosophie négro-pharaonique).16.

MKANDAWIRE, T. (2005). Maladjusted African Economies and Globalisation. *Africa Development / Afrique et Développement*, XXX(1&2).

MILANDO, João. 2005. *Cooperação sem Desenvolvimento*. Lisboa: ICS.

MILANOVIC, Branko. 2006. Global income inequality : what it is and why it matters. *Policy Research Working Paper (WPS3865):35*.

MINGAT, Alain. 2006. Social Disparities in Education in Sub-Saharan African Countries: Gender, geographical location and family income. *Pre- and Post-Print documents from HAL, CCSD/CNRS*

MSHIGENI, Deogratius Stephen. 2002. The growth of regionalism in Sub-Saharan Africa, University of Nevada, Las Vegas.

N'KRUMAH, Kwame. 1967. *Neocolonialismo - Último Estágio do Impe-*

rialismo. Translated by M. C. PEDREIRA. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense. Original edition, 1967.

NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION. *www. Harry S. Truman Library & Museum*, <http://www.trumanlibrary.org/publicpapers>. Última visita: 29/10/2007.

NUNES, Gemeniano António. 2005. *Economia Guineense: Globalização e Integração*, UTL - Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.

NYAMBAL, Eugène. 2006. *Créer la Prospérité en Afrique*. Paris: Harmattan.

NYERERE, Julius K. 1970. *Socialisme, Démocratie et Unité Africaine. La Déclaration d'Arusha*. Translated by J. MFOULOU. Paris: Présence Africaine.

OCDE. 1980. *Simulations de Politique Budgétaire a L'Aide du Modele des Liaisons Internationales Etablis par l'OCDE. Politique de Revenus en Théorie et en Pratique*. Paris: OCDE.

———. 2002. *Measuring the Non-Observed Economy - A Handbook* OCDE.

———. 2006. *Comprendre la croissance économique*. Paris: OCDE.

OGOT, B. A. 1998. *Histoire Générale de l'Afrique. V. L'Afrique du XVIe au XVIII Siècle*. Abrégée ed. Vol. 5. Paris: UNESCO.

ONU. 2005. *Rapport sur la situation sociale dans le monde en 2005*. Washington: ONU.

———. 2006. *The Inequality Predicament. Report on the World Social Situation 2005*. Place Published: ONU.

PARAIRE, Philippe. 1999. *A «Aldeia-Mundo» e o seu Castelo*. 1 ed. Lisboa: Editorial Avante. Original edition, 1999.

PATTILLO, Catherine, Sanjeev GUPTA, and Kevin CAREY. 2006. *Douleurs de croissance. Finances et Développement* (Março 2006).

PEIRO, Amado. 2006. *Happiness, satisfaction and socio-economic conditions: Some international evidence. Journal of Socio-Economics* 35 (2):348-365.

PICASSO, T. J. L. (sd.). *Da Organização da Unidade Africana (OUA) à União Africana (UA)*. Maputo: Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

PIMENTA, Carlos. 2000. Globalização e Humanismo. In *Globalizzazione e Umanesimo Latino*. Tolosa: Cassamarca.

———. 2000. Globalização: Prolegómenos, Questão problemática e Hipóteses. *Vértice - nova série* (94):25.

———. 2001. Globalização, Humanismo e Política. In *Integração Latino-Americana ante a Globalização*. Recife: UNICAP.

———. 2004. *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição, Ideias - Economia*. Lisboa: Campo da Comunicação.

———. 2005a. Apontamentos sobre complexidade e epistemologia nas Ciências Sociais. In *Sobre Interdisciplinaridade*. Caxias do Sul: EDUCS.

———. 2005b. Globalização: desafios económicos e éticos. In *Política, Cidadania & Cultura numa Era Global*, edited by S. ROCHA-CUNHA. Évora: Instituto Superior Económico e Social.

———. 2006c. Apontamento sobre os futuros da Ciência Económica. In *Ensaios de Homenagem a António Simões Lopes*. Lisboa: ISEG.

———. 2007a. Globalização e Desenvolvimento: Realidade, Possibilidade ou Miragem? *Working Papers / CEAUP* (1):41

———. 2007b. Apontamentos Heterodoxos sobre Globalização e Desenvolvimento em África. Paper presented at the Conference «Desafios da Investigação Social e Económica em Moçambique Hoje».

PIMENTA, Carlos, and M. Teresa Saturnino. 1996. *Introdução à Economia. Pensar a Economia. 11º Ano. Exercícios de Economia*. 1 ed. Porto: Porto Editora. Original edition, 1996.

PLESSIS, Stan du, and Ronelle Burger. 2006. Examining the Robustness of Competing Explanations of Slow Growth in African Countries. *Working Papers from Stellenbosch University, Department of Economics* 25.

- PNUD. 1990. *Human Development Report 1990*. New York: PNUD.
- . 1991. *Human Development Report 1991*. New York: PNUD.
- . 1992. *Human Development Report 1992*. New York: PNUD.
- . 1993. *Human Development Report 1993*. New York: PNUD.
- . 1994. *Human Development Report 1994*. New York: PNUD.
- . 1995. *Human Development Report 1995*. New York: PNUD.
- . 1996. *Human Development Report 1996*. New York: PNUD.
- . 1997. *Human Development Report 1997*. New York: PNUD.
- . 1998. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1998*. Lisboa: Trinova Editora. Original edition, 1998.
- . 1999. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1999*. Lisboa: Trinova Editora.
- . 2000. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2000*. Lisboa: Trinova Editora.
- . 2001. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2001*. Lisboa: Trinova Editora.
- . 2002. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2002*. Lisboa: PNUD.
- . 2003. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*. New York: PNUD.
- . 2004. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004*. New York: PNUD.
- . 2005. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*. New York: PNUD.
- . 2006. *Human Development Report 2006. Beyond scarcity: Power, poverty and the global water crisis*. Nova Iorque: PNUD.
- POULAIN, Jacques, and [av]. 2004. *La Culture à l'Épreuve de la Mondialisation*. Paris: UNESCO.

RAMIREZ-RONDAN, Nelson, & Saki BIGIO. 2006. Corruption and Development Indicators: An Empirical Review. *Working Papers from Banco Central de Reserva del Perú* (2006-007).

RAZAFINDRAKOTO, Mireille, and François ROUBAUD. 2005. Gouvernance, Démocratie et lutte contre la pauvreté en Afrique: Expérience et point de vue de la population de huit métropoles Enquêtes 1-2-3, Premiers résultats. *Working Papers from DIAL*:115.

REDDY, Sanjay G., & Camelia MINOIU. 2006. Real Income Stagnation of Countries, 1960-2001. *Working Papers from United Nations, Department of Economics and Social Affairs*.

REIGADO, F. Marques. 1983. *Introdução ao Planeamento. Teorias e Técnicas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

REIS, José António dos. 2007. O “Reformismo” Africano. *A Nação* n° 5. 04 a 10/10/2007, Cabo Verde.

REIS, Luis Filipe Carmo. 2007. Notas sobre a Guerra do Cajú em Moçambique (1992-2002). *Working Papers* n° 10 / CEAUP.

RIST, Gilbert. 1996. *Le Développement. Histoire d'une Croyance Occidentale*. 1 ed. Paris: Presses de Sciences Po. Original edition, 1996.

SALIFOU, André. 2005. *Entretiens avec mes enfants sur la démocratie en Afrique...* Paris: Présence Africaine.

SALL, Ebrima. The Social Sciences in Africa Trends, Issues, Capacities and Constraints. *SSRC Working Paper Series* 8.

SANTOS, Maciel. 2006. A historicidade das sociedades rendeiras – contributo para a crítica da rentier theory. Texto dactilografado

SCHNEIDER, Friedrich. 2004. The Size of the Shadow Economies of 145 Countries all over the World: First Results over the Period 1999 to 2003. *IZA - Discussion Paper* (No. 1431):64.

———. 2006. Shadow Economies and Corruption All Over the World: What Do We Really Know? *IZA - Discussion Paper* (2315).

SCHNEIDER, Friedrich, and Robert KLINGLMAIR. 2004. Shadow Economies around the World: What Do We Know? *IZA - Discussion Paper* (No. 1043):60.

SIMON-AARON, Charles 2002. Class ideology and African political theory. Ph.D., York University (Canada), Canada.

SINE, Babacar. 1983. *Le Marxisme devant les sociétés africaines contemporaines*. Paris: Présence Africaine.

SISSOKO, Yaya, and Sel DIBOGLU. 2006. The exchange rate system and macroeconomic fluctuations in Sub-Saharan Africa. *Economic Systems* 30 (2):141-156.

SÖDERBAUM, Peter. 2007. Science, ideology and development: Is there a 'Sustainability Economics'? *post-autistic economics review*, (43):18.

STEIN, H. (2000). Economic Development and the Anatomy of Crisis in Africa: From Colonialism through Structural Adjustment. *OCCASIONAL PAPER - Centre of African Studies University of Copenhagen*.

STIGLITZ, Joseph E. 2004. *Globalização, A Grande Desilusão*. Translated by M. F. DUARTE. 3ª Revista ed. 1 vols. Lisboa: Terramar.

SZOSTAK, Rick. 2006. Economic history as it is and should be: Toward an open, honest, methodologically flexible, theoretically diverse, interdisciplinary exploration of the causes and consequences of economic growth. *Journal of Socio-Economics* 35 (4):727-750.

TABELLINI, Guido. 2005. Culture and institutions: Economic development in the regions of Europe. *CESIFO WORKING PAPER* (1492):78.

TAMAMES, Ramón. 1993. *Estructura Económica Internacional*. 17 ed. Madrid: Alianza Editorial. Original edition, 1970.

TAMURA, Robert. 2006. Human capital and economic development. *Journal of Development Economics* 79 (1):26.

TAWFIK, Rawia M.. NEPAD and African Development : Towards a New Partnership between development actors in Africa. *CODESRIA*:16.

UE. 2005. *EU Report on Millennium Development Goals 2000 – 2004*.

EU contribution to the review of the MDGs at the UN 2005 High Level Event. Bruxelles: UE.

UIA. 2006. *Yearbook of International Organizations. Guide to Global Civil Society Networks.* 5 vols. Munchen: Union of International Associations.

UN - ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA. 2003. *Economic Report on Africa 2003 - Accelerating the Pace of Development.* Addis Ababa: Economic Commission for Africa.

———. 2004. *Economic Report on Africa 2004 - Accelerating the Pace of Development.* Addis Ababa: Economic Commission for Africa.

———. 2005. *Assessing Regional Integration in Africa.* Addis Ababa: UN - Economic Commission for Africa.

VAKALOULIS, Michel. 2003. *O Capitalismo Pós-Moderno. Elementos para uma Crítica Sociológica.* Translated by R. CRUZ. 1 ed. Lisboa: Campo da Comunicação.

WIREDU, Kwasi. 2006. *A Companion to African Philosophy.* 1 vols. Victória (Austrália): Blackwell Publishing.

WORLD BANK. 2006. *Doing Business in 2006. Creating Jobs.* Washington: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank

YA'U, Y. Z. (2005). Globalisation, ICTs, and the New Imperialism: Perspectives on Africa in the Global Electronic Village. *Africa Development / Afrique et Développement*, XXX(1&2).

ZELEZA, Paul Tiyambe (Ed.). 2006. *The Study of Africa. Vol. I. Disciplinary and Interdisciplinary Encounters.* Edited by P. T. Zeleza. Oxford: African Books Collective.

ZERBO, Adama. 2006. Marché du travail urbain et pauvreté en Afrique subsaharienne: un modèle d'analyse. *Documents de travail from Centre d'Economie du Développement de l'Université Montesquieu Bordeaux IV.*